

CASCAIS

CÂMARA MUNICIPAL



DPC – DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E COMPARTICIPAÇÕES

FOLHA DE INFORMAÇÕES

Assunto:

PJM - Cascais - Programa de Seguimento de Avaliação Ambiental Estratégica (Monitorização Ambiental)

AO CARE (C/ d DORT)
p/ a f. de s.

29.10.15

VITOR SILVA, Arq^o Pais.

Director DPC

C. DORT 2015/10/29

TOMEI CONHECIMENTO E SOLICITO
CÓPIA (PDF) DO DOCUMENTO PARA
JUNTAR AO PROCESSO DA REVISÃO
DO PDM.


JOÃO MONTES PALMA, Arq^o
Chefe da DORT

PROPOSTA A REUNIÃO DE CÂMARA

Data: 26/10/2015

Proposta nº 994 | 2015

Pelouro: **Planeamento do Território**

Assunto: PDM-Cascais – Programa de Seguimento da Avaliação Ambiental Estratégica (Monitorização Ambiental)

Considerando que:

- a) A Câmara Municipal submeteu a proposta de Revisão do PDM-Cascais ao procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica;
- b) O Relatório Ambiental e os resultados das consultas realizadas foram ponderados na elaboração da versão final da Revisão do PDM-Cascais, da qual resultou a declaração ambiental;
- c) A Revisão do PDM-Cascais foi aprovada na sessão extraordinária da Assembleia Municipal do dia 25 de junho de 2015 e publicada através do Aviso n.º 7212-B/2015, no Diário da República 2.ª Série, Parte H – N.º 124, de 29 de junho de 2015;
- d) A Declaração Ambiental cumpriu os requisitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio;
- e) O artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, estabelece que compete à entidade responsável pela elaboração do Plano, uma vez verificada a aprovação e publicação no Diário da República, dar continuidade ao procedimento, procedendo à avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos;
- f) Para implementar a avaliação e controle dos efeitos significativos no ambiente decorrente da execução do PDM-Cascais foi elaborado um Programa de Seguimento, que se encontra em anexo à presente proposta e dela faz parte integrante.



Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

Aprovar, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, e n.º 2 do artigo 187.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), o Programa de Seguimento (Monitorização Ambiental) da Avaliação Ambiental Estratégica do PDM-Cascais.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal,

19-10-2015

X Miguel Pinto Luz

Assinado por: MIGUEL MARTINEZ DE CASTRO PINTO LUZ

Aprovado por maioria, com 5 votos contra dos Srs
Vencedores Manuel Mendes, Alexandre Sampaio e Henrique
Ferreira do P.S., do Sr. Vencedor Rui Alves de Castro e do
Sr. Vencedor Henrique Isabel Macielheiro do Movimento
Independente "Sen Cascais"

CASCAIS



PLANO DIRETOR MUNICIPAL

[REVISÃO]

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE)

Programa de Seguimento

– Monitorização Ambiental

OUTUBRO | 2015



ÍNDICE

| | |
|--|----|
| Introdução..... | 3 |
| 1 Indicadores de gestão e monitorização ambiental estratégica | 7 |
| 2 Metodologia e objeto de avaliação..... | 9 |
| 3 Fatores críticos para a decisão | 12 |
| 3.1 Resultados por FCD | 13 |
| 4 Razões que fundamentaram a aprovação do PDM CASCAIS à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua revisão..... | 19 |
| 5 Monitorização ambiental | 20 |
| 5.1 Diretrizes de Monitorização | 26 |
| 5.2 Quadro de Governança | 32 |
| 6 Conclusões do procedimento da AAE do PDM CASCAIS..... | 37 |

Anexo I

| | |
|---|----|
| Quadro I – Relação entre os FCD's do PDM Cascais e outras políticas, planos e programas relevantes para a AAE..... | 44 |
|---|----|

Introdução



O presente documento constitui o Programa de Seguimento da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano Diretor Municipal de Cascais (PDM Cascais), elaborado no âmbito do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de Junho, que estabelece o Regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas, no ambiente, comumente designado Regime de Avaliação Ambiental Estratégica – RJAAE.

O PDM Cascais foi aprovado pela deliberação da Assembleia Municipal de Cascais em Sessão Extraordinária de 25 de Junho de 2015 e publicado através do Aviso n.º 7212-B/2015, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 124 de 29 de junho.

No âmbito do seu processo de elaboração, o PDM Cascais foi qualificado e sujeito a AAE, da qual resultou uma Declaração Ambiental em cumprimento do disposto no Artigo 10.º do RJAAE.

Por força da legislação vigente, emanada das Diretivas Comunitárias aplicáveis, a monitorização da AAE torna-se fundamental, quer do ponto de vista do desempenho ambiental à execução dos projetos decorrentes dos processos de planeamento, quer ainda, dos seus impactos sobre o ambiente. Esta importância é, aliás sublinhada no RJAAE, no seu Artigo 11.º, quando refere que “... as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.”

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do Artigo 144.º do RJIGT, “as entidades responsáveis pela elaboração dos instrumentos de gestão territorial promovem a permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos mesmos, bem como, relativamente aos planos sujeitos a avaliação ambiental, dos efeitos significativos da sua execução no ambiente, por forma a identificar os efeitos negativos previstos e aplicar as necessárias medidas corretivas previstas na declaração ambiental.”

É neste contexto que se apresenta o presente Programa de Seguimento, tendo como objetivo subjacente, o legalmente estabelecido: avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrente da execução do PDM Cascais.



Sem prejuízo das responsabilidades determinadas por lei, considera-se fundamental garantir a existência de um acompanhamento contínuo dos efeitos ambientais e de sustentabilidade associados à execução do PDM Cascais.

A monitorização e avaliação, estratégica e operacional, do desempenho ambiental e de sustentabilidade associado à execução do Plano são fundamentais, atendendo à natureza das suas orientações gerais e específicas e que são objeto do exercício de AAE.

Esta importância é, aliás, reforçada pelo reconhecimento de que existem naturais dificuldades de antecipação de muitos dos efeitos ambientais nesta fase do processo, bem como da importância de assegurar o cumprimento das recomendações apresentadas.

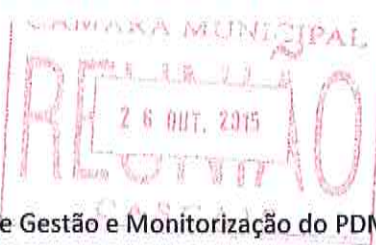
Para que a Proposta de Revisão do PDM apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável do território, importa que o Plano definido seja concretizado e monitorizado. As metas estabelecidas devem ser alcançadas, prevendo-se que a reunião de informação adicional possa conduzir à revisão, adição ou ajuste de medidas e de metas estabelecidas.

O Plano de Controlo pretende assim acompanhar o ciclo de planeamento e programação nos 10 anos de duração do PDM. Importa que este Plano de Controlo seja suportado e monitorizado através dos indicadores de avaliação estratégica previamente selecionados, com o objetivo de garantir a eficácia e eficiência na execução do Plano.

Para cada um dos indicadores, foram definidas Medidas de Gestão Ambiental e respetivas Ações a desenvolver durante a execução do Plano, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que preconizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

O acompanhamento preconizado é complementar dos processos de AAE e AIA dos planos e projetos a jusante do PDM Cascais, e da aplicação de outros mecanismos de controlo ambiental que decorrem da legislação.

Neste enquadramento, é objetivo deste documento apresentar recomendações para o processo de monitorização e avaliação do desempenho ambiental associado à execução do PDM Cascais, tendo designadamente em consideração a sua integração no sistema de gestão e monitorização do Plano.



São objetivos específicos do Sistema de Gestão e Monitorização do PDM Cascais os seguintes:

- Garantir a conformidade das ações de desenvolvimento e ordenamento territorial desenvolvidas pela CMC com as opções estratégicas e os modelos de organização territorial estabelecidos no Plano;
- Assegurar a compatibilização de políticas com incidência territorial na região com as opções estratégicas e modelo territoriais do PDM Cascais;
- Estabelecer uma plataforma de interlocução permanente com as medidas e políticas de ordenamento do território e do urbanismo estabelecidas no âmbito nacional e no âmbito municipal;
- Garantir uma adequada articulação, de âmbito regional, entre as opções estratégicas e os modelos de organização territorial definidos ao nível municipal, nomeadamente, ao nível dos PMOT;
- Produzir, tratar e divulgar informação sobre as dinâmicas de organização e transformação do território e das práticas de gestão territorial, assegurando informação ambiental detalhada de âmbito municipal;
- Promover o conhecimento técnico e científico das dinâmicas de transformação territorial e dos modelos e práticas de gestão territorial. A estrutura de acompanhamento ambiental para seguimento do processo de AAE pode, e deve, ser integrada no modelo de acompanhamento preconizado para o PDM Cascais, de modo a evitar a multiplicação de estruturas e garantir uma melhor articulação.
- Neste contexto, considera-se fundamental que a Monitorização Ambiental do PDM Cascais integre explicitamente a função de acompanhamento ambiental da sua execução.

O acompanhamento dos aspetos ambientais e de sustentabilidade do PDM Cascais deve assegurar:

- A avaliação sistemática dos efeitos da execução do PDM Cascais nos fatores de ambiente e sustentabilidade adotados na AAE, salientando, nomeadamente, a um nível estratégico, a forma como estão a ser aproveitadas as oportunidades e geridos os riscos identificados, e integradas as recomendações apresentadas no Relatório Ambiental;
- A identificação e fundamentação da necessidade de corrigir alguma orientação estratégica, ao nível do normativo, devido à ocorrência de situações imprevistas, à obtenção de informação adicional ou à verificação da impossibilidade ou inadequação da orientação preconizada;



- A identificação e fundamentação da necessidade de adoção de novas orientações estratégicas, para mitigar efeitos ambientais negativos significativos ou potenciar o aproveitamento de oportunidades de melhoria ambiental;
- A produção e divulgação de informação sobre o acompanhamento, monitorização e avaliação dos descritores de ambiente e sustentabilidade associados ao sistema de ordenamento do território, incluindo indicadores de desempenho e de alerta; esta informação deve ser disponibilizada pelos meios mais adequados, incluindo os meios eletrónicos, e será integrada no Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território municipal (REOT).



1 Indicadores de gestão e monitorização ambiental estratégica

A estrutura do programa de monitorização estratégica é definida a partir dos objetivos da AAE, dos indicadores inicialmente estabelecidos para efetuar a caracterização da situação atual de cada fator ambiental e de sustentabilidade, e da respetiva avaliação estratégica de impactes.

De forma a estruturar e objetivar a gestão e monitorização ambiental estratégica propõem-se dois tipos de indicadores que permitirão seguir os impactes nos fatores de ambiente e sustentabilidade, decorrentes da implementação das ações estratégicas do PDM Cascais:

- Indicadores-chave para avaliar os efeitos estratégicos no ordenamento do território no território municipal e sua relação com os objetivos de ambiente e sustentabilidade utilizados na presente AAE.

- Indicadores para avaliar o desempenho ambiental

Estes indicadores estão particularmente direcionados para a operacionalização das recomendações da AAE, permitindo aferir o desempenho ambiental associado à execução do PDM Cascais. A título indicativo, este conjunto poderá integrar os seguintes indicadores: normas e critérios ambientais integrados em planos e programas sectoriais; iniciativas de energias renováveis alicerçadas no modelo territorial previsto pelo PDM Cascais; planos, programas e projetos apoiados no modelo territorial do PDM Cascais que interferiram com áreas classificadas para a conservação da natureza e biodiversidade.

Estes dois grupos de indicadores propostos permitirão cumprir um diversificado conjunto de funções, nas várias etapas do ciclo de planeamento, nomeadamente:

- Apoiar o acompanhamento e validação da avaliação estratégica dos impactes do plano;
- Contribuir para o sistema global de avaliação do desempenho do plano e sua revisão;
- Facilitar a articulação dos sistemas de informação a implementar para o plano com as estruturas de comunicação e disponibilização de informação ambiental existentes;
- Recolher informação sobre os indicadores ao nível das opções estratégicas e respetivas normas, a seleccionar no âmbito do plano;



- Avaliar a eficácia das recomendações apresentadas e suportar a sua revisão de acordo com os resultados de avaliações periódicas e intercalares;
- Fornecer informação para futuras avaliações ambientais estratégicas e avaliações de impacto ambiental a jusante da presente avaliação;

Importa sublinhar que os indicadores a utilizar foram selecionados e desenvolvidos numa lógica de gestão adaptativa, ou seja, deverão ser ajustados em função da implementação do PDM Cascais, e da informação entretanto recolhida e das normas e legislação futura.



2 Metodologia e objeto de avaliação

A AA da revisão do PDM Cascais foi desenvolvida de acordo com uma metodologia de AAE, segundo a qual a avaliação deve ser conduzida em simultâneo com a elaboração do Plano, considerar opções estratégicas para avaliação, considerar um contexto de sustentabilidade e apontar a atenção para aspetos essenciais relevantes que, cumprindo a legislação, evitem descrições demasiado detalhadas em relação à escala do Plano.

O objetivo da AAE é avaliar de que forma as estratégias do PDM Cascais integra, e dão resposta, aos problemas ambientais e de sustentabilidade críticos no território do Plano, e quais os riscos e oportunidades que poderão suscitar no futuro.

Esta abordagem estratégica pressupõe ainda que a AAE seja complementar à conceção do PDM Cascais, utilizando, sempre que possível, os elementos de trabalho do Plano, quer no que respeita ao diagnóstico, quer no que respeita às opções de desenvolvimento preconizadas. A AAE tem ainda em conta os resultados obtidos no âmbito dos processos de consulta de entidades e do público.

A metodologia proposta assegura o cumprimento do estipulado no Decreto – Lei n.º 232/2007, de 15 de junho e no Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro, desenvolvendo-se em quatro fases metodológicas fundamentais:

1. Identificação e análise de Fatores Críticos para a Decisão que refletem os temas de sucesso do PDM Cascais dos pontos de vista ambiental e de sustentabilidade. A sua identificação resulta de uma análise integrada do Quadro de Referência Estratégico, das Questões Estratégicas do PDM Cascais, e das Questões Ambientais e de Sustentabilidade legalmente definidas no Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho;
2. Análise de tendências que corresponde a um diagnóstico estratégico fortemente articulado com o diagnóstico desenvolvido pela equipa do PDM Cascais e que é desenvolvida com base nos critérios e indicadores identificados para cada um dos FCD;
3. Avaliação de oportunidades e riscos das opções estratégicas e da estrutura territorial e regime de uso do solo proposto na Planta de Ordenamento, à luz das questões relevantes expressas pela análise de tendências dos FCD;
4. Bases para um programa de seguimento da implementação do PDM Cascais, que inclui a definição de diretrizes de planeamento, gestão e monitorização bem como um quadro de governança para a



ação indicativo de um envolvimento e níveis de responsabilidade institucional no seguimento do Plano.

Apresenta-se esquematicamente na Figura 1, as fases *ex-ante* e *ex-post* do processo, atendendo ao processo de planeamento e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

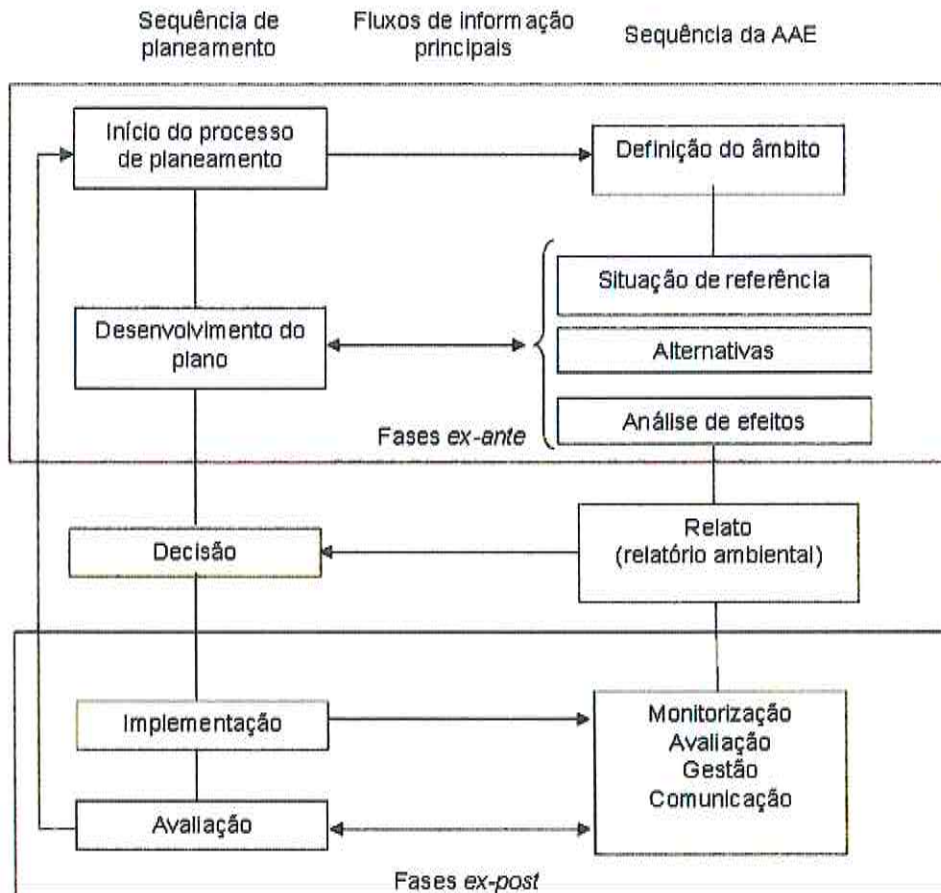


Figura 1 – Esquema do procedimento de planeamento e respetiva AAE.





3 Fatores críticos para a decisão

Os FCD que suportaram a AA do PDM Cascais decorrem da análise integrada das questões estratégicas do PDM Cascais, das questões ambientais legalmente definidas no Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho e relevantes na área do PDM Cascais, e de um quadro de referência estratégico que engloba as macropolíticas de referência, bem como planos e programas relevantes.

As questões estratégicas estruturantes do PDM Cascais são:

- Cascais, Território com qualidade de vida urbana
- Cascais, Território de Criatividade, conhecimento e inovação
- Cascais, Território de Valores Ambientais
- Cascais, Território coeso e inclusivo
- Cascais, Território de cidadania ativa

O quadro de avaliação estratégica adotado pela AAE do PDM de Cascais é constituído pelos seguintes FCD:

- Regualificação Territorial e Mobilidade Paisagem - Avalia o modo com o PDM aborda a dispersão territorial e a qualificação do espaço público em território compacto, a renovação de territórios degradados, como estrutura a mobilidade ligada às funções territoriais, como promove a construção sustentável e a eficiência energética;

- Coesão e Inclusão – Avalia o esforço do PDM na redução da pobreza e eliminação de assimetrias sociais, estímulo a novos estilos de vida saudáveis, promoção do empreendedorismo social, equidade no acesso ao espaço público, equipamentos e serviços municipais;

- Riscos e Alterações Climáticas – Avalia o modo como o PDM adota medidas de adaptação face às ameaças geradas pelas alterações climáticas, designadamente riscos de cheia e subida do nível do mar, bem como outros riscos naturais e tecnológicos;

- Marca Cascais – Avalia o esforço do PDM em reforçar a identidade municipal, o valor dos recursos naturais como um ativo para gerar valor acrescentado, a atração de empresas de elevado perfil e população jovem qualificada, a competitividade municipal face a outros municípios da AML.

3.1 Resultados por FCD



Os parágrafos que se seguem apresentam a síntese das principais conclusões obtidas para cada FCD, tal como incluídas no RA e apresentadas à decisão e que suportam a definição dos indicadores na monitorização ambiental.

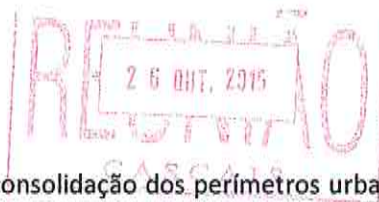
Estas conclusões foram ainda atendidas na tomada de decisão sobre a aprovação do PDM Cascais.

FCD#1 - Requalificação Territorial e Mobilidade Paisagem

Para o FCD#1 Requalificação Territorial e Mobilidade Paisagem destacou-se as oportunidades no âmbito da criação de novas centralidades, em particular na zona norte do município, a criação de polos empresariais e tecnológicos, para atração de atividades de alto valor acrescentado, e o reforço da multifuncionalidade do espaço urbano um pouco por todo o município. Estas medidas são conducentes à atração de população, designadamente população jovem, e a uma maior coesão territorial, atenuando a atual dicotomia interior-litoral, e reunindo assim condições para uma maior valorização ambiental do território urbano.

De igual modo a estratégia da mobilidade, com a promoção da multimodalidade e dos modos suaves de deslocação é uma oportunidade que pretende fomentar a transferência TI – TP. A concretização do TPSP é um pilar fundamental desta estratégia de mobilidade e estruturante do modelo territorial. Apesar de se esperar alguma geração de tráfego acrescido com a dinamização das novas centralidades, em particular em torno dos polos empresariais e tecnológicos, a estratégia da mobilidade proposta poderá, se bem conseguida, contrariar o risco de afetação da qualidade do ar e do ruído que esse acréscimo de tráfego poderá gerar.

A estratégia de mobilidade poderá mesmo contribuir para a promoção de estilos de vida mais saudáveis no município, na medida em que poderá reduzir o TI e ao mesmo tempo fomentar uma mobilidade suave promotora de atividade física. Importante estratégia é a de redução do conflito peão – automóvel com remoção de obstáculos à mobilidade pedonal e valorização de elementos patrimoniais. Aliás um aspeto que particulariza o PDM de Cascais é a atenção dada à inserção social de populações com mobilidade reduzida e idosos, redução da segregação urbana de centros, das assimetrias norte-sul e da exclusão social, designadamente de situações de isolamento de grupos vulneráveis e promoção do empreendedorismo social.



O PDM Cascais avança com uma estratégia de consolidação dos perímetros urbanos existentes com grandes oportunidades, inibindo a edificação dispersa e requalificando ambientalmente as áreas consolidadas. Destaca-se a integração das AUGI nos perímetros urbanos, com a sua infraestruturação e reconversão urbanística, e até a eliminação de alguns núcleos em situação de risco significativo, o que permitirá uma redução das fontes de poluição e melhor gestão da carga física sobre o território. Será importante contudo garantir que estas operações tenham um âmbito mais alargado e que as intervenções não fiquem limitadas aos arruamentos e estacionamento, mas que venham a criar, por exemplo, espaços de lazer que potenciem dinâmicas sociais e fomentem a apropriação do espaço público.

A revitalização de áreas degradadas e do espaço público, incluindo os centros históricos e espaços industriais obsoletos e devolutos alterando o seu uso, é uma medida do PDM de Cascais promissora de uma melhoria geral da qualidade ambiental, diminuindo fontes de poluição associadas a passivos ambientais.

Ainda no domínio da requalificação do espaço público, destaca-se as medidas previstas para criação de espaços verdes e de lazer em meio urbano, a qualificação da paisagem urbana, com criação e reabilitação de equipamentos e serviços de proximidade, designadamente na zona norte, neste momento menos equipada.

A estratégia do PDM Cascais para os espaços naturais é crucial. A proteção e salvaguarda da conectividade ecológica dos sistemas naturais é uma medida de incremento da oferta de espaços verdes e de contenção da expansão urbana e combate à construção dispersa, particularmente na Ribeira de Caparide. Isso permite contribuir para a conservação da permeabilidade do território (não só ao nível dos espaços naturais mas também do espaço urbano) e diminuir a vulnerabilidade ao risco de movimentos de massa. Também as medidas para diversificação funcional dos sistemas naturais permitirão reconhecer os serviços dos ecossistemas, valorizando o turismo de natureza e náutico, dinamizando infraestruturas para a promoção dos desporto e lazer, criando espaços verdes de produção destinados à agricultura meio urbano e promovendo produtos identitários como o vinho de Carcavelos e o turismo cultural.

A estratégia do PDM Cascais para a eficiência energética determina um incentivo à construção certificada, a continuação de programas de incentivo à eficiência energética residencial bem como a criação de espaços verdes em meio urbano contribuindo para amenizar o efeito da ilha de calor urbana. Constitui uma oportunidade para a qualificação da habitação (isolamento térmico) com potenciais reflexos positivos para a saúde pública. Recomenda-se que seja também promovida e incentivada a eficiência energética das atividades económicas, sob o risco de não se atingirem os



objetivos de eficiência energética do concelho estabelecidos na Estratégia de Sustentabilidade de Cascais. O aproveitamento de fontes de energia endógenas renováveis (biogás e biomassa) está também previsto, sendo menos ambicioso o investimento no potencial eólico da costa Oeste.

FCD#2 Coesão e Inclusão

A estratégia de envolvimento ativo da sociedade e de promoção de oportunidades de participação da sociedade civil e entidades privadas na tomada de decisão pública é uma das grandes estratégias do PDM no âmbito do FCD#2 Coesão e Inclusão. De facto o envolvimento da comunidade é essencial para que o município atinja com sucesso uma série de outras estratégias: eficiência energética, hábitos sustentáveis, valorização do espaço público e dos espaços naturais, promoção da capacidade de adaptação aos eventos extremos e da prevenção da produção de resíduos, diminuindo riscos de poluição associados. A criação de um contexto político, cívico e participativo poderá ser também um elemento diferenciador e um fator de atratividade residencial e económica do município. Mas precisa de ser uma estratégia de envolvimento eficaz.

A estratégia para a coesão social e territorial onde o PDM revela um grande investimento na redução das assimetrias territoriais e sociais, através do reforço e multifuncionalidade dos equipamentos, bem como no reforço e dinamização das centralidades existentes constitui igualmente uma oportunidade do plano.

FCD#3 Riscos e Alterações Climáticas

A evolução da ocupação territorial no concelho de Cascais gerou situações de grande vulnerabilidade às cheias. Esta é portanto uma das grandes áreas de preocupação e de investimento do PDM Cascais, para mais num contexto de alterações climáticas. Há uma política clara de contrariar a tendência de aumento da área edificada em leito de cheia, e estão aliás programadas bacias de retenção nalgumas ribeiras que virão a alterar os limites dos leitos de cheia no município. Apesar disso, a criação ou reforço de centralidades em zonas de atual risco elevado de cheia, se não forem acompanhadas por iniciativas de ampliação da capacidade de escoamento urbano, podem contribuir para a permanência do risco de cheia existente nestes locais. Recomenda-se, por isto, que se concretizem as obras de regularização hidráulica propostas e que seja salvaguardado o risco remanescente através de iniciativas de mitigação na implementação do PDM (em sede de projeto ou de PMOT hierarquicamente inferiores). As estratégias associadas à conservação e gestão da procura de água



em meio urbano contribuem para responder adaptativamente a fenómenos climáticos extremos, em termos de disponibilidade de água e sua utilização.

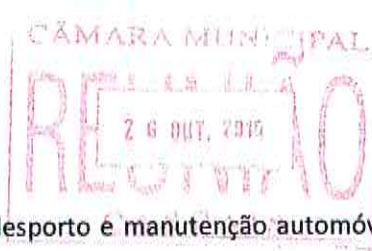
No âmbito do FCD#3 Riscos e Alterações Climáticas a estratégia de afirmar Cascais como um centro integrado de turismo de lazer, saúde e ligado ao Mar recomenda-se também a concretização das medidas propostas no Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas, nomeadamente a implementação de faixas de salvaguarda em zonas de litoral arenoso e arribas, o desenvolvimento de um programa de monitorização costeira e o impedimento da adoção de soluções de ocupação permanente da praia. As medidas previstas no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil aos planos de urbanização e de pormenor subsequentes devem igualmente ser aplicadas.

O Ecoparque de Trajouce é um dos casos de passivo ambiental, onde a pretendida requalificação ambiental permitirá melhorar a qualidade dos recursos hídricos, do ar, do solo e da paisagem. Para isso necessita de ser efetivada, com o envolvimento ativo das entidades competentes. A resolução destas situações de passivo ambiental é aliás uma condição essencial se Cascais pretende efetivamente reforçar a atratividade residencial e económica do concelho, através da fixação de população jovem e de empresas de elevado perfil, com o objetivo de reforçar a sua posição competitiva na AML.

FCD#4 Marca Cascais

O PDM Cascais apresenta uma importante estratégia de desenvolvimento económico com grandes oportunidades ambientais e sociais. A estratégia de afirmar Cascais como um centro integrado de turismo de lazer, saúde e ligado ao Mar é particularmente importante e valorizador de recursos naturais associados à identidade de Cascais, incentivando a fixação de atividades económicas diretamente relacionadas com produtos locais exclusivos do concelho. Por outro lado, permite fortalecer Cascais na oferta e reabilitação de equipamentos de saúde, e assim estabelecer uma política de inclusão social no acesso generalizado a estes equipamentos e serviços, para contrariar as atuais carências e assimetrias sociais no acesso à saúde. Igualmente são iniciativas que promovem o desporto e o lazer – designadamente ao ar livre – pela aposta na componente desportiva e lúdica da estratégia para o Mar.

Existem investimentos estruturantes no município de Cascais com efeitos relevantes em termos ambientais, e que mereceram a atenção do PDM em termos de requalificação e de competitividade regional. São situações que potenciam a atração e fixação de atividades de elevado perfil direta e indiretamente relacionadas a setores também relevantes para o desenvolvimento do município



(aeronáutica, transporte aéreo, formação, desporto e manutenção automóvel, náutica e desportos náuticos):

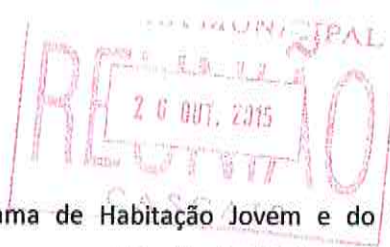
1. Marina de Cascais, que juntamente com a promoção do desenvolvimento tecnológico e da investigação científica ligadas ao Mar é uma das alavancas da estratégia municipal de promoção das atividades ligadas ao Mar.

2. Autódromo do Estoril, que significa a recuperação de uma atividade associada à identidade de Cascais. Pode promover medidas indutoras de processos de reestruturação e regeneração urbanística na sua envolvente e de equidade social caso inclua a revitalização multifuncional da sua envolvente pela potencial criação de emprego e de atividades económicas. É essencial promover de forma eficaz esta revitalização sob o risco de se manter um equipamento degradado e expectante que poderá ter outros usos mais rentáveis e com menores riscos ambientais.

O PDM apresenta uma estratégia para a atração de jovens qualificados que resume de forma interessante muitas das medidas identificadas acima. A atração e fixação de população jovem, particularmente população qualificada, prende-se essencialmente com três fatores: Qualidade de vida, oferta de emprego adequado aos níveis de qualificação e de habitação e de condições para afixação da família. Neste sentido, considera-se que as principais oportunidades geradas pelo PDM são:

Qualidade de Vida:

- Reforço da vivência urbana e da oferta de atividades lúdicas, consubstanciadas pela estratégia de requalificação do tecido urbano, de promoção da multifuncionalidade e de revitalização dos centros históricos, e também pelo reforço de equipamentos de desporto, lazer e espaços verdes e pela qualificação de espaços de lazer específicos como a Marina, o Centro de Surf de Carcavelos e o autódromo do Estoril;
- Reforço da oferta de transportes públicos e da criação de condições para a deslocação em modos suaves;
- Promoção de um ambiente cívico através da criação de condições e oportunidades para a participação ativa nos processos de planeamento e decisão públicos, bem como de cidadania ativa.
- Oferta de Habitação e qualidade de vida familiar;



- Através da promoção de um programa de Habitação Jovem e do arrendamento (Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento e programa “Gestão de Habitação-Reabilitar para arrendar”) e do reforço da rede de equipamentos dirigidos às crianças.

Oferta de Emprego Qualificado e de Oportunidades de Formação:

- Através da promoção da multifuncionalidade do espaço urbano, da criação de centralidades económicas como seja o pólo automóvel em torno do autódromo, das áreas empresariais e tecnológicas, do incentivo à fixação de unidades de investigação e da promoção do turismo e da saúde enquanto atividade económica;
- Pelo incentivo e reserva de espaços para a instalação de unidades de ensino superior e de investigação criando oportunidade de obtenção de formação superior especializada (nomeadamente ligada ao Mar e à aeronáutica);
- Pela promoção do empreendedorismo, designadamente pela criação de áreas para a fixação de empresa pela requalificação de pólos industriais degradados, pelo estímulo ao empreendedorismo social, pela criação de áreas empresariais e tecnológicas e também pela promoção da agricultura em meio rural e urbano.



4 Razões que fundamentaram a aprovação do PDM CASCAIS à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua revisão

A avaliação das opções estratégicas do PDM Cascais iniciou-se com uma discussão preliminar de explicitação das opções estratégicas do Plano – opções essas que constituem caminhos possíveis para a prossecução dos objetivos do Plano e cuja combinação consistente constrói a estratégia de desenvolvimento concelhio proposta – que envolveu a equipa do Plano e a equipa da AAE.

Para essa discussão identificaram-se as principais linhas de política e áreas de estratégia a que o PDM tem de dar resposta e daí discutiram-se as opções estratégicas que o Plano considerou como relevantes para o processo de planeamento.

A primeira proposta de opções estratégicas foi produzida pela AAE com base na análise SWOT constante da apresentação da primeira reunião da comissão de acompanhamento (19 de setembro de 2011) e também nos eixos e objetivos estratégicos e linhas de atuação da Estratégia de Sustentabilidade de Cascais – linhas estas que são assumidamente comuns ao PDM.

No dia 5 de março de 2012, a equipa da AAE enviou à CMC uma primeira proposta de linhas de política e de opções estratégicas, proposta esta que foi trabalhada mais tarde numa sessão conjunta onde foram ajustadas as linhas de política propostas. Em função desta adequação, as opções estratégicas foram também revistas em conformidade pela AAE.

Após esta primeira interação, em nova sessão conjunta, as opções estratégicas foram afinadas e adequadas às prioridades do PDM, tendo sido produzida nova versão datada de 16 de julho de 2012.

Esta nova proposta de opções estratégicas foi então alvo de análise, seleção e adaptação por parte da equipa de planeamento. Este processo desenvolveu-se de forma iterativa, não deu lugar a um relatório formal mas resultou de um trabalho conjunto entre as equipas da AAE e de planeamento e foi tido em conta no desenvolvimento do modelo territorial e das propostas do PDM.

5 Monitorização ambiental



A Câmara Municipal de Cascais (CMC) é responsável pela execução e monitorização da AAE do PDM Cascais, concretamente das medidas / diretrizes constantes da Declaração Ambiental (DA).

Esta fase coincide com a implementação do plano, e visa monitorizar e pós-avaliar de forma documentada os efeitos do plano no ambiente. Através desta monitorização pretende-se, por um lado, verificar se os efeitos produzidos pelo plano são os que foram previstos pela AAE e, por outro lado, criar condições para a eventual adoção de medidas de mitigação ou de correção, adicionais às que estão previstas na DA e que se revelem necessárias (n.º1, do artigo 11.º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de junho).

Neste capítulo, esboça-se um programa de seguimento que sintetiza o acompanhamento da adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental do PDM Cascais, dando cumprimento ao definido no mencionado art.º 11.º, integrando nos pontos seguintes do presente documento, a descrição da metodologia adotada, o resultado da análise das Diretrizes de Planeamento e Gestão e das Diretrizes de Monitorização, e finalmente uma análise das orientações do processo desenvolvido visando a identificação de aspetos de melhoria determinantes para desenvolvimentos futuros.

Assim, com este programa de seguimento, pretende-se estruturar um sistema de monitorização, de extrema importância para trabalhar as múltiplas dimensões de incerteza que caracterizam qualquer processo de decisão estratégico, e para poder continuar a assegurar o contributo da AAE na integração das questões de ambiente e sustentabilidade no processo de decisão.

Por forma a cumprir na plenitude o quadro legal vigente, os resultados da Avaliação e Controlo Ambiental devem constituir um Relatório atualizado anualmente, a divulgar no sítio da CMC e remetido à Agência Portuguesa do Ambiente.

Na Figura 2 apresenta-se, de forma esquemática, o modelo conceptual do sistema de monitorização ambiental para o PDM Cascais.

REVISÃO
24 OUT, 2015
CASCAIS

Modelo conceptual

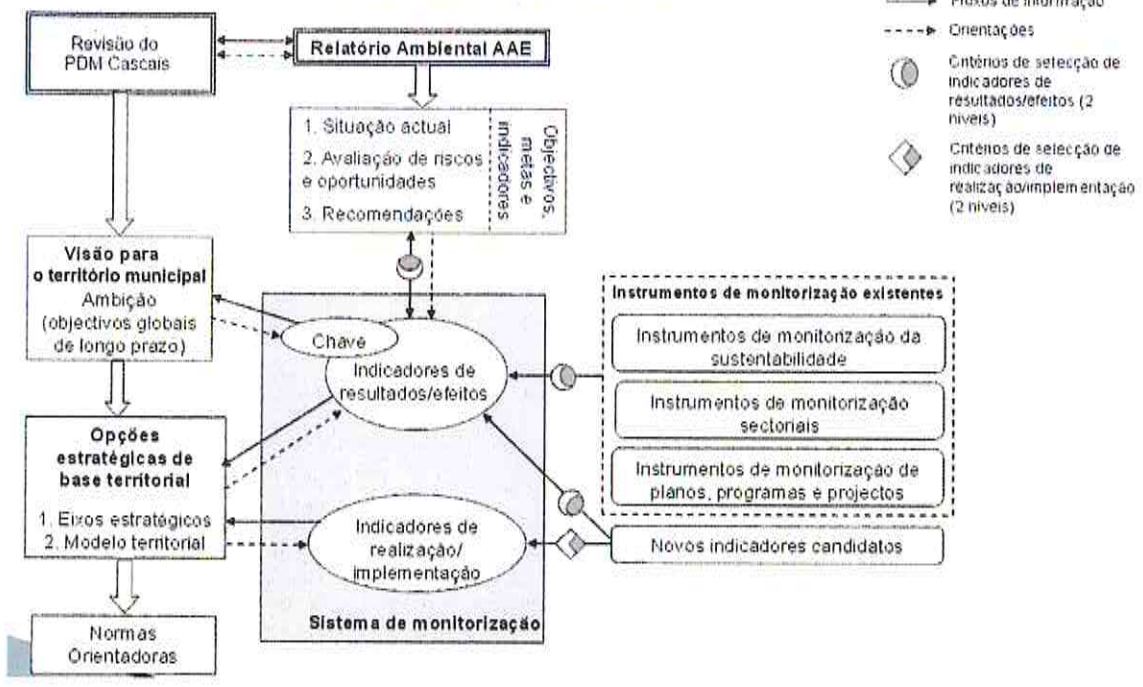


Figura 2 – Modelo conceptual do sistema de monitorização ambiental para o PDM Cascais.

Nos quadros seguintes apresentam-se os indicadores seleccionados, atendendo obrigatoriamente aos critérios de avaliação definidos para cada FCD no procedimento de AAE que decorreu na fase de elaboração da proposta de Plano.



Quadro 1 – Indicadores de monitorização por Fator Crítico de Decisão (FCD).

| FCD | Critérios de Avaliação | Indicadores |
|---|---|--|
| Requalificação Territorial e Mobilidade | Consolidação urbana | Densidade urbana (hab/ha) Evolução dos territórios artificializados Densidade de ocupação fora dos perímetros urbanos Territórios artificializados por habitante Área com alteração e em vias de alteração de uso do solo e compatibilidade da ocupação nas novas localizações Dimensão dos aglomerados e contiguidade dos perímetros urbanos |
| | Renovação de territórios degradados | Despesas municipais/ medidas / ações para a renovação urbana Proporção de reconstruções por cada 100 construções novas Espaços desqualificados em solo urbano Medidas para a renovação urbana Processo de reconversão e loteamentos e construções ilegais surgidas mais recentemente: os “novos clandestinos” Despesas municipais para a renovação urbana |
| | Revitalização e qualificação do espaço público | Área de espaço público qualificado Multifuncionalidade do espaço Medidas públicas para a requalificação Despesas municipais/ medidas / ações para a revitalização do espaço público |
| | Paisagem e recursos naturais | Evolução do uso do solo em particular das áreas com valor ecológico e seu enquadramento supramunicipal Iniciativas para proteção e valorização dos recursos naturais Capacidade de oferta de serviços dos ecossistemas e seu aproveitamento Capitação de espaços verdes públicos urbanos para recreio e lazer Qualidade cénica da Paisagem |
| | Mobilidade sustentável | Percentagem de população que utiliza o transporte privado e coletivos nos movimentos pendulares Duração média dos movimentos pendulares Conectividade modal Viagens em função das distâncias percorridas versus modos de transporte utilizados Mobilidade suave |

| FCD | Critérios de Avaliação | Indicadores |
|---------------------------------------|---|---|
| | Construção sustentável e eficiência energética | Produção e consumo de materiais Proporção de certificados energéticos emitidos com classe B ou superior Intensidade energética da economia Número de automóveis novos vendidos e registados por 1000 habitantes Iniciativas de promoção da eficiência energética |
| Coesão e Inclusão | Eliminação de assimetrias sociais e redução de pobreza | Valor médio mensal de arrendamento (€/m ²) Bairros Habitação Social Contratos de arrendamento social Ações municipais para a inclusão social Meios de subsistência da população Taxa de desemprego Cobertura dos equipamentos escolares Cobertura dos equipamentos sociais Cobertura dos equipamentos de saúde Acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais/mobilidade reduzida |
| | Empreendedorismo social | Iniciativas de combate ao desemprego Número de pessoas inseridas profissionalmente Número de pessoas atendidas no gabinete de empregabilidade Número de pessoas que adquiriram competências Ações de Formação em TIC |
| | Estilos de vida saudáveis | Área desportiva útil por habitante Iniciativas desportivas de lazer e de saúde Taxa de doenças crónicas Acesso a zonas tranquilas |
| Riscos e Alterações Climáticas | Adaptação às alterações climáticas | Volume de água captado versus captação doméstica de água (l/hab*dia). Programas para a conservação e gestão da procura de água. Variação da ocupação do solo (áreas permeáveis), com atenção a zonas de recarga de aquíferos subterrâneos. Iniciativas e mecanismos de planeamento e gestão municipais de adaptação às alterações climáticas |

REGIÃO
26 OUT. 2015
CASCAIS

| FCD | Critérios de Avaliação | Indicadores |
|----------------------|--|---|
| | Vulnerabilidade aos riscos naturais | Evolução da área edificada em zona sujeita a risco de inundação (edificação, atividades e população). Vulnerabilidade ao risco sísmico, de inundação por tsunami e de movimentos de massa. Vulnerabilidade ao perigo de incêndio. |
| | Riscos de poluição (água, ar, solo, resíduos) | População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais. Recolha seletiva e destino final de resíduos urbanos produzidos. Medidas de prevenção da produção de resíduos urbanos. Fontes de poluição por tipo de poluição e localização. Variação das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) por fonte de poluição. Qualidade dos recursos hídricos superficiais. |
| Marca Cascais | Reforço da Identidade municipal | Incentivos municipais à preservação do património material e imaterial Variação das despesas municipais em atividades culturais Património cultural imóvel classificado e em vias de classificação no Município de Cascais (Nº e tipologia) |
| | Recursos naturais como ativo para gerar valor | Produtos e serviços baseados em recursos naturais Embarcações de pesca licenciadas com motor (nº) Evolução da procura das atividades de recreio e lazer, e.g. surf Contribuição das atividades económicas marítimas para a economia concelhia Valor médio da pesca descarregada (€/kg) por porto de descarga. Potência instalada por cada 1000 habitantes.(solar e eólica) |
| | Competitividade na AML | Poder de compra per capita e disparidade no ganho mensal médio por sector de atividade Variação do número de empresas existentes Incentivos à fixação de empresas |
| | Atração de empresas de elevado perfil | Distribuição percentual do nº de empresas por sector de atividade Peso dos setores e serviços internacionalizáveis no total da economia concelhia Comércio internacional declarado por concelho de Sede dos Operadores Intensidade tecnológica expressa em Proporção de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento; proporção de |



| FCD | Critérios de Avaliação | Indicadores |
|-----|--|---|
| | | emprego total em atividades TIC e proporção de emprego da indústria transformadora em indústrias de média e alta tecnologia Custos de Contexto |
| | Atração de população jovem qualificada | Habilitações por nível de ensino Variação do nº de Trabalhadores por conta de outrem (TCO) Incentivos à fixação de população qualificada Perfil de qualificações por sector de atividade segundo a dimensão da empresa |



5.1 Diretrizes de Monitorização

As diretrizes destinam-se à avaliação e controlo ambiental a executar pelas entidades identificadas no quadro de governança, em função do papel de planeamento, gestão ou avaliação que desempenham na implementação do PDM Cascais.

Quadro 2 – Diretrizes de Monitorização para o FCD#1 Requalificação Territorial e Mobilidade.


| Diretrizes de Monitorização | Indicadores de Monitorização |
|---|--|
| Monitorizar os perímetros urbanos | Variação do peso da área urbanizada no total da área do PDMC. Variação da densidade habitacional e populacional. Variação da proporção de área classificada como dispersa. |
| Monitorizar a reabilitação de áreas degradadas | Variação da percentagem de edifícios considerados em ruína ou mau estado. |
| Monitorizar as obras de demolição dos ilegais | Variação da percentagem de edifícios ilegais por demolir. |
| Monitorizar os processos AUGI | Variação do peso da área identificada como AUGI ou clandestina na área do município. Variação do número de processos por concluir. |
| Monitorizar a reabilitação de parques industriais obsoletos | Variação da área industrial por reabilitar. |
| Monitorizar a dinamização e revitalização dos centros históricos | Variação do peso do comércio e serviços nos centros históricos. |
| Monitorizar a ocupação de zonas <i>non aedificandi</i> | Número de construções ilegais em zonas <i>non aedificandi</i> . |
| Monitorizar a diversificação funcional concelhia | Evolução dos usos sustentáveis associados aos ecossistemas. |
| Monitorizar a correta integração paisagística dos projetos de reabilitação de parques industriais obsoletos | Variação do número de projetos de integração paisagística reabilitação de parques industriais obsoletos. |
| Monitorizar a implementação de ações de envolvimento da população | Número de ações de envolvimento público na conservação dos recursos naturais. |
| Monitorizar a salvaguarda, incremento e conservação do património natural | Evolução da percentagem de área verde. Grau de conservação do património natural. |

| | |
|--|---|
| <p>múltiplas de modos de transporte e dando especial atenção à articulação modal e intermodal através da integração física e de serviços (Infraestrutura e equipamentos de transporte, horários, sistemas tarifários e de bilheteira e informação ao público) (PET)</p> <ul style="list-style-type: none"> Promoção de “modos suaves” de mobilidade como as deslocações a pé e em bicicleta, como representação de alternativas eficientes, seguras e fiáveis de transporte urbano, através da criação e promoção do uso de redes cicláveis e do desenvolvimento de uma rede de circuitos pedonais e de transportes urbanos em condições de segurança e conforto que incluem vias específicas por modo de transporte (ciclovias e faixas ‘Bus’), organizando também o estacionamento gratuito ou com tarifação reduzida junto a interfaces de TC, em articulação com deslocação pedonal e criação de locais adequados de articulação modal, bem como propondo medidas urbanísticas que diminuem os pontos de conflito e de congestionamento viário de modo a diminuir o número e a gravidade dos acidentes viários (PET, PMQARLVT) Promoção do desenvolvimento de estratégias de introdução de planos de deslocações escolares e/ou <i>pedibus</i> (PMQARLVT) Melhoria da articulação entre os diferentes modos de transporte, promovendo a intermodalidade, particularmente com o transporte ferroviário, e a transferência modal, de forma a aumentar a utilização dos TC em detrimento do transporte individual (TI) (globalmente 5% dos pkm), através da oferta de novos modos de transporte, melhoria das condições de circulação com a criação de Vias de Alta Ocupação, conjugadas com corredores BUS e circulação de veículos elétricos (VAO+BUS+E) e das condições de interface entre os diversos modos de TC (PNAC, PROT-AML, PMQARLVT) Aumento da eficiência energética no transporte por via da renovação de equipamentos e da introdução de medidas de melhoria da eficiência nos transportes rodoviários, ferroviários e fluviais, bem como estimular a utilização de meios de transporte energeticamente mais eficientes, como os transportes coletivos em detrimento do transporte individual (PNAEE, PMQARLVT) Melhorar a sustentabilidade e as condições de mobilidade urbana e metropolitana de forma a garantir ganhos na produtividade total dos fatores (QREN) Ordenar o território em articulação estreita com um plano de mobilidade e transportes à escala da AML, de modo a potenciar novas centralidades, combater o crescimento urbano extensivo, reduzir a dependência do transporte individual e promover a mobilidade sustentável (PNPOT) Promover os estudos e projetos necessários à implementação da Nova Travessia do Tejo em Lisboa, prevenindo, ainda que com horizontes temporais diversos, as componentes ferroviária e rodoviária do Tejo, e completar as infraestruturas rodoviárias | <p>CO2 dos veículos novos vendidos anualmente</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação de planos de mobilidade urbana para as capitais de distrito e centros empresariais com mais de 500 trabalhadores ✓ Transferência modal de 5% do transporte individual para coletivo ✓ Reduzir em 20% o parque de veículos com mais de 10 anos ✓ 20% do comércio internacional de mercadorias transferido do modo rodoviário para marítimo <p>PROT-AML:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Redução em 10% no tempo de deslocação entre polos secundários da AML em TC <p>PMQARLVT (metas para 2005-2012):</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Introdução e/ou extensão de infraestruturas de Transporte Coletivo Ferroviário e/ou Rodoviário (corredores BUS, p.e.) para aumentar a velocidade média de circulação dos TCR, dos atuais 14,9 km/h para 25 km/h. |
|--|---|



| | |
|--|--|
| <p>circulares, criando eixos que articulem as nucleações periféricas com maior dinamismo (PNPOT)</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de soluções tecnológicas de mobilidade e suporte à mobilidade inteligente e à otimização energética, com forte incorporação tecnológica nacional, tendo como base as competências nacionais nas TIC, nas redes inteligentes (<i>smartgrids</i>) e no conhecimento sobre as tecnologias associadas à mobilidade elétrica, gerando capacidade de exportação (Agenda Digital 2015) Nova distribuição do espaço público dando primazia ao peão, aumento do conforto dos espaços de estada e introdução de "Zonas 30" (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais, PMQARLVT) Promover a melhoria da rede de transportes públicos, a criação de rede pedonal e ciclável e ao mesmo tempo promover a intermodalidade (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais, PMQARLVT) Promover o desenvolvimento de projetos de <i>carpooling</i> e <i>carsharing</i> (PMQARLVT) Simplificação do procedimento de concessão do incentivo fiscal ao abate de veículos com reduzido desempenho ambiental e automóveis ligeiros em fim de vida (PMQARLVT) Introdução de critérios ambientais na reformulação do modelo de gestão e regime jurídico do Parque de Veículos do Estado, aquisição de veículos movidos a combustíveis alternativos (através da recolha e aproveitamento de óleos alimentares para produção e consumo de biodiesel) e instalação de sistemas de "fim-de-linha" em frotas cativas (PMQARLVT) Apoio à renovação de frota de veículos pesados de passageiros e incentivo à instalação de filtros de partículas em veículos pesados de mercadorias, apoiando ao abate de veículos pesados de mercadorias (PMQARLVT) | <p>circulares, criando eixos que articulem as nucleações periféricas com maior dinamismo (PNPOT)</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de soluções tecnológicas de mobilidade e suporte à mobilidade inteligente e à otimização energética, com forte incorporação tecnológica nacional, tendo como base as competências nacionais nas TIC, nas redes inteligentes (<i>smartgrids</i>) e no conhecimento sobre as tecnologias associadas à mobilidade elétrica, gerando capacidade de exportação (Agenda Digital 2015) Nova distribuição do espaço público dando primazia ao peão, aumento do conforto dos espaços de estada e introdução de "Zonas 30" (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais, PMQARLVT) Promover a melhoria da rede de transportes públicos, a criação de rede pedonal e ciclável e ao mesmo tempo promover a intermodalidade (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais, PMQARLVT) Promover o desenvolvimento de projetos de <i>carpooling</i> e <i>carsharing</i> (PMQARLVT) Simplificação do procedimento de concessão do incentivo fiscal ao abate de veículos com reduzido desempenho ambiental e automóveis ligeiros em fim de vida (PMQARLVT) Introdução de critérios ambientais na reformulação do modelo de gestão e regime jurídico do Parque de Veículos do Estado, aquisição de veículos movidos a combustíveis alternativos (através da recolha e aproveitamento de óleos alimentares para produção e consumo de biodiesel) e instalação de sistemas de "fim-de-linha" em frotas cativas (PMQARLVT) Apoio à renovação de frota de veículos pesados de passageiros e incentivo à instalação de filtros de partículas em veículos pesados de mercadorias, apoiando ao abate de veículos pesados de mercadorias (PMQARLVT) |
| <p>Assegurar que as cidades da região de Lisboa se assumem como territórios de qualidade ambiental e bem-estar, promovendo formas sustentáveis de uso dos recursos, desenho urbano, edificação, mobilidade e paisagem (QREN)</p> <ul style="list-style-type: none"> Articular e reforçar infraestruturas, e acessibilidades alargadas e qualificadas, incluindo o alargamento das capacidades logísticas e funcionais (QREN) Reforçar e consolidar os subsistemas urbanos regionais, mitigando a dicotomia litoral / interior, no sentido da estruturação de uma rede urbana polinucleada que integre soluções de carácter plurimunicipal no âmbito das infraestruturas de drenagem e tratamento de residuais e reforce complementaridades e sinergias nas redes de equipamentos para as áreas da saúde, educação cultura, desporto e lazer (ENDS) Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico, contrariando a construção dispersa e a urbanização | <p>Assegurar que as cidades da região de Lisboa se assumem como territórios de qualidade ambiental e bem-estar, promovendo formas sustentáveis de uso dos recursos, desenho urbano, edificação, mobilidade e paisagem (QREN)</p> <ul style="list-style-type: none"> Articular e reforçar infraestruturas, e acessibilidades alargadas e qualificadas, incluindo o alargamento das capacidades logísticas e funcionais (QREN) Reforçar e consolidar os subsistemas urbanos regionais, mitigando a dicotomia litoral / interior, no sentido da estruturação de uma rede urbana polinucleada que integre soluções de carácter plurimunicipal no âmbito das infraestruturas de drenagem e tratamento de residuais e reforce complementaridades e sinergias nas redes de equipamentos para as áreas da saúde, educação cultura, desporto e lazer (ENDS) Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico, contrariando a construção dispersa e a urbanização |



| | |
|---|---|
| <p>difusa e incentivando o reforço de centralidades intraurbanas, no sentido de inverter a tendência de crescimento urbano extensivo e de baixa qualidade, de forma a valorizar as paisagens e os enquadramentos cénicos enquanto traço da identidade e de qualificação de cada uma das sub-regiões (PNPOT, ENDS)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover o desenvolvimento urbano mais compacto, contrariar a fragmentação da forma urbana e estruturar e qualificar os eixos de expansão (como Lisboa-Cascais) (PNPOT) • Assumir o carácter estratégico da AML para a inserção internacional do País, com tradução em políticas de qualificação das infraestruturas, equipamentos, serviços, espaço público e ambiente (PNPOT) • Promover maior controlo sobre a intensidade, localização e qualidade da edificação na proximidade das áreas costeiras e na beira rio da AML que sejam mais vulneráveis, assim como o aumento de espaços verdes (florestais) e ajardinados dedicados ao recreio e lazer (PROT-AML, PROF-AML, PMQARLVT, PECAC) • Garantir, nos novos processos de urbanização das áreas mais densamente ocupadas de Algés a Cascais, situações de desafio, redução dos índices urbanísticos e criação de espaço público (PROT-AML) • Acautelar a densificação e alteração das tipologias de ocupação no eixo Algés-Cascais e reforçar a utilização da faixa litoral como fator de qualificação ambiental do espaço urbano, destinado preferencialmente a atividades de turismo e de recreio e lazer (PROT-AML) • Integrar, nos IGT de Cascais, disposições que assegurem que áreas industriais desativadas/ abandonadas de grande dimensão, possuam usos compatíveis com a necessidade de incrementar a fixação de agentes culturais e promover a criação de polos de empresas criativas (PROT-AML) • Promover um desenvolvimento urbano e mobilidade suportados essencialmente nos princípios de compactação, reabilitação, renovação e regeneração urbana, fortalecendo as Aglomerações Urbanas Estruturadoras dos eixos de Vila Franca, de Sintra, de Cascais e de Loures (PROT-AML) • Estruturar os núcleos urbanos, nomeadamente a ocupação no eixo Colares / Magoito, e conter a expansão da edificação dispersa, em especial na zona litoral (PROT-AML) |  |
| <ul style="list-style-type: none"> • Promover parcerias para a Regeneração Urbana (QREN) • Incentivar a requalificação urbana, favorecendo a difusão do arrendamento urbano e as operações integradas de recuperação de áreas urbanas degradadas, reabilitando o parque habitacional privado e público em conjunto com o desenvolvimento de | <p>PNAEE:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Implementação de um programa de incentivo à reabilitação urbana sustentável, com o objetivo de |



| | |
|---|---|
| <p>programas e o incentivo de ações que melhorem as condições de habitabilidade e promovam a eficiência energética (PNPOT, ENDS, PEH, ENE 2020)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualificar os subúrbios, contrariar a segregação espacial urbana e promover a inserção urbana das áreas críticas (PNPOT) • Desenvolver programas integrado de renovação dos espaços industriais abandonados, com soluções que criem novas centralidade e referências no espaço urbano (PNPOT) • Desenvolver, qualificar e organizar em rede os espaços vocacionados para a instalação de atividades baseadas no conhecimento e intensivas em tecnologia (PNPOT) • Concluir a recuperação das áreas de génese ilegal e a supressão das áreas de barracas e assegurar a resolução das situações de AUGI ainda existentes (PROT-AML) • Evitar a proliferação de construções dispersas no meio rural, impedindo o fracionamento de propriedades e potenciando as ações de emparcelamento (POPNSC, PMDFCI) | <p>ter 1 em cada 15 lares com classe energética otimizada (superior ou igual a B-)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Certificação energética de todos os edifícios do Estado ✓ 20% dos edifícios do Estado com classe igual ou superior a B- ✓ Phase-out da iluminação pública ineficiente <p>ENE 2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Redução de consumo da energia final em 10% até 2015 e 20% em 2020 <p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover o mercado de arrendamento da habitação através da penalização fiscal dos fogos devolutos ✓ Adotar e implementar, até 2010, uma Estratégia Nacional para as Cidades que coloque em vigor os princípios da Agenda 21 Local, que integre a dimensão da reabilitação urbana em pelo menos 80% dos municípios |
| <p>PNAAEE:</p> <p>Redução de 8% do consumo energético da indústria transformadora</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 75 mil lares electroprodutores <p>Estratégia Europa 2020 (Metas Europeias para</p> | <p>• Promover o aproveitamento energético da biomassa florestal e agrícola. Divulgação de técnicas e modelos de silvicultura adequados, incluindo nomeadamente os novos sistemas associados à valorização e exploração de biomassa (PNAC, PNPOT)</p> <p>• Reduzir a dependência energética (saldo importador) do País face ao exterior através da utilização sustentável de recursos endógenos para a produção, apostando nas FER e assegurando a garantia da segurança no abastecimento através da diversificação do "mix" energético, de políticas de planeamento do licenciamento urbanístico, de sensibilização e educação de populações e agentes económicos (ENE 2020, PNPOT, PNAC, PMQARLVT)</p> |

| | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o desempenho energético dos edifícios e a eficiência energética de equipamentos urbanos e domésticos, promovendo mecanismos que visem incentivar a procura de equipamentos ou materiais energeticamente mais eficientes (PNAEE) • Incentivar a mudança dos comportamentos individuais por via da divulgação de informação de carácter geral sobre eficiência energética, bem como através da maior facilidade de acesso a tecnologias de produção de energia renovável por parte de incentivos municipais específicos em conformidade com os incentivos de ordem nacional, como os apoios à microgeração e de aquecimento solar, promovendo a utilização de tecnologias limpas à escala local (PNAEE, PMOARLVT, PECAC) • Promoção da sustentabilidade energética do ponto de vista da eficiência energética (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) | <p>Portugal):</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumentar em 20% da eficiência energética <p>PECAC:</p> <p>Até 2020 menos 16% das emissões de GEE <i>per capita</i> relativamente a 2005 (4,4 ton CO2e), correspondendo a -5% a -10% dos valores globais das emissões do Concelho (de 811 k ton CO2e para entre 726 a 768 k ton CO2e) Até 2070 atingir valores entre 1.4 e 2.0 ton CO2e por habitante (i.e. -60% a -70% das emissões de 2005)</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • Reabilitar e requalificar as condições operacionais dos equipamentos sociais e alargar a rede de equipamentos sociais (PDS Cascais) • Adequar as escolas às necessidades previstas em termos de adaptação física (PDS Cascais) | <p>PDS Cascais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Substituir ou ampliar 10% dos equipamentos sinalizados na Carta Social com necessidades de reabilitação ✓ Requalificar 30% dos equipamentos sinalizados na Carta Social ✓ Criar 3 novos lares e aumentar em 120 o n.º de vagas de lar para idosos ✓ Criar 3 novos centros de dia/academias/espços seniores e aumentar em 150 o n.º de vagas para idosos ✓ Criar 25 salas de jardim-de-infância com capacidade total para 625 crianças ✓ Criar 4 unidades residenciais (UVA/UVF) criando |



| | |
|--|---|
| | <p>16 vagas para pessoas com deficiência ou doentes</p> <p>✓ Criar 50 novas vagas em respostas ocupacionais para pessoas com deficiência ou doentes</p> |
| FCD #2 Coesão e Inclusão | |
| Orientações de Ambiente e Sustentabilidade | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a responsabilidade pela promoção de estados e estilos de vida saudáveis, promovendo a mudança de cultura, de hábitos de trabalho, e de formas de responsabilização, para o desenvolvimento eficiente, participado e informado do estado de saúde da população (PNAAS, PNS) • Promover a identificação dos locais para o uso balnear ou prática de atividades de recreio, desde que não provoquem a degradação das condições ambientais (PBHT) • Desenvolver uma rede supramunicipal articulada de equipamentos desportivos e de lazer ativo que atendam às necessidades dos vários grupos etários e sociais (PNPOT) • Melhorar as condições de vida em territórios e habitats mais vulneráveis (ENPSSIS) • Promover o repouso e o recreio ao ar livre, de forma que a área do PNSC seja visitada e apreciada sem que daí advenham riscos de degradação física e biológica para a paisagem e para o ambiente (POPNSC) • Desenvolvimento de plataformas inteligentes que otimizem a prestação de cuidados de saúde de proximidade, gerando soluções exportáveis para outros mercados. Assegurar que a informação de saúde do cidadão está disponível, para o próprio cidadão e para o profissional de saúde que lhe presta serviços, de forma adequada e segura, no local e no instante em que é necessária (Agenda Digital 2015) • Aposta no desporto como aglutinador social e potenciador de hábitos saudáveis (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) | <p>Metas Relevantes</p> <p>PSN:</p> <p>✓ Estratégias de Saúde desenvolvidas pelo MS implementadas em parceria com as autarquias: 30</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o nível de saúde nas diferentes fases do ciclo de vida e reduzindo o peso da doença, intervindo ao nível de medidas urbanísticas e dos fatores ambientais a que a população está exposta, através da sensibilização de profissionais e da população em geral, para incrementar a saúde do indivíduo e das comunidades e promovendo a comunicação do risco, nomeadamente através de uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde (PNAAS) • Criar e Desenvolver programas específicos na área da educação para a saúde, autogestão da doença e capacitação dos cidadãos informais (PNS) | <p>PII 2010-2013:</p> <p>✓ Apoio prestado a 50 000 cidadãos</p> <p>✓ 0% de recusa de acesso dos imigrantes ao SNS até 2013</p> |



| | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar o contributo articulado dos serviços de saúde e dos agentes locais na melhoria da saúde da população, e investir em cuidados de saúde primários através de estratégias de promoção de saúde, considerando uma abordagem centrada na promoção e proteção da saúde, prevenção e tratamento da doença, minimização do risco de doença e consequente necessidade de apoio por respostas sociais (PNS) • Conferir prioridade à construção no curto prazo da nova unidade hospitalar Cascais (PROT-AML) • Apoio humanitário a situações de pobreza extrema, desenvolvido pelo MNE, MSSS e MS (PII 2010-2013) • Desenvolvimento de parcerias para a promoção do acesso dos imigrantes à saúde em Portugal e ao SNS, e institucionalização de procedimentos com vista a uma melhor gestão dos acordos de saúde e agilização do acesso dos imigrantes e seus acompanhantes aos serviços de saúde (PII 2010-2013) | <p>Estratégia Europa 2020 (Metas Europeias para Portugal):</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reduzir, pelo menos, em 200 mil o número de pessoas em risco ou situação de pobreza ou exclusão social |
| <ul style="list-style-type: none"> • Garantir a coesão social atuando, em particular, nos objetivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o caráter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como fator de produtividade e medida de inclusão social (QREN) • Estabelecer mecanismos que garantam a igualdade de oportunidades no acesso ao conforto urbano e corrigir os desequilíbrios de partida e dos processos segregacionistas, reforçando, quando necessário, medidas de discriminação positivas que garantam a coesão social e territorial (QREN) • Apoiar a criação e desenvolvimento de serviços de proximidade dirigidos à população com necessidades especiais de apoio e promover a qualidade de vida e o bem-estar urbano (QREN) • Investir num sistema/rede de cuidados que permita às pessoas idosas em casa manterem-se independentes e autónomas, e implementar iniciativas que tornem as cidades mais amigáveis para a “terceira idade”, nomeadamente através da instalação de centros de dia, centros de residenciais e “hospitais de retaguarda” (ENDS, PNS) • Reforçar o contributo dos serviços de saúde, a nível local, na redução do impacto dos determinantes sociais, enquadrando o acesso e as iniquidades em saúde como fatores-chave para a redução das desigualdades e trabalhando com outros sectores | <p>Plano Tecnológico:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Permitir que em 2010 o número de jovens abrangidos pelas vias profissionalizantes corresponda a metade do total de jovens a cumprir o ensino secundário <p>Estratégia Europa 2020 (Metas Europeias para Portugal):</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos ✓ Reduzir as taxas de abandono escolar para níveis abaixo dos 10% |



¹Metas para o ano de 2010, tal como publicado no Plano Tecnológico, de 2005, que se mantém em vigor.



| | |
|---|---|
| <p>nas respostas integradas e proactivas às necessidades em saúde dos grupos vulneráveis (PNS)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a natalidade e a infância e promover a inclusão social ativa e a redução das desigualdades, melhorando as condições de vida em territórios e habitats mais vulneráveis, promovendo o envelhecimento ativo com qualidade e favorecendo a inclusão social de grupos específicos, nomeadamente pessoas com deficiências, necessidades especiais, imigrantes étnicas, pessoas sem-abrigo (ENPSIS) • Promover a inclusão digital e a utilização das TIC para a inclusão social, de forma a assegurar uma ampla penetração das tecnologias e da economia digital na população e reforçar a cidadania digital, inclusivamente para cidadãos em zonas remotas, níveis baixos educacionais, elevadas idades ou com necessidades especiais (Agenda Digital2015) • Princípio da participação cidadã e da cooperação entre particulares e entidades públicas e privadas, de modo a promover uma maior mobilização do tecido social regional na prossecução dos objetivos comuns (Estratégia Lisboa 2020) • Princípio da diversidade, multiculturalidade e inovação desenvolvendo e apoiando iniciativas inovadoras em todas as áreas de suporte da vida social, da produção de bens e serviços, à educação e formação, passando pela cultura, desporto e convivialidade urbana, manifestando publicamente a modernidade e multiculturalidade da região (Estratégia Lisboa2020) • Fomentar o espírito de comunidade e promover o empreendedorismo social, o voluntariado e a responsabilidade social (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) | <p>PDS Cascais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir que 90% dos Beneficiários do RSI estabeleçam acordos de inserção ✓ Aumentar em 20% o número de pessoas abrangidas peloSAD ✓ Banco Local do Voluntariado a funcionar ✓ Intervenções de melhoria em 30% dos pedidos de intervenção em habitações de idosos ou dependentes ✓ Criar uma rede de apoio domiciliário específico para doentes mentais com vista à sua autonomia |
| <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e apoiar iniciativas inovadoras em todas as áreas de suporte da vida social, da produção de bens e serviços, à educação e formação passando pela cultura e convivialidade urbana (QREN) • Promover a igualdade de oportunidades e a igualdade de género, estimulando o empreendedorismo, melhorando as condições de empregabilidade local e de qualificação da população, com vista À estabilização do tecido social local e regional, e ao combate à discriminação e exclusão sociais (QREN) • Reforçar a coesão social como fator de competitividade e desenvolvimento sustentável, promover emprego, combater desemprego e reforçar a educação e qualificação da população numa ótica de aprendizagem contínua (PNACE) • Utilizar instrumentos de planeamento, desenvolver o processo de acompanhamento e avaliar projetos e ações integrados nos Planos de Ação da Rede Social e aumentar a participação da comunidade na resolução dos problemas (PDS Cascais) • Promover a inserção profissional de pessoas com deficiências ou incapacidades, e promover o trabalho realizado em contexto ocupacional (PDS Cascais) | |

| | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver protocolos e procedimentos comuns que visem a articulação, qualificação e eficácia dos atendimentos e respostas sociais, e qualificar as respostas de apoio a famílias em situação ou risco de exclusão, bem como a vida dos idosos e pessoas em situação de dependência, bem como promover a autonomia dos doentes mentais e apoiar as suas famílias (PDS Cascais) • Facilitar a informação dos imigrantes em matérias como a sua permanência no país e no concelho, melhorar os dados oficiais sobre a integração dos imigrantes, melhorar a eficácia da tramitação da informação dos processo para a obtenção da nacionalidade e integrar no sistema escolar crianças e jovens recém-chegados ao país (PDS Cascais, PII 2010-2013) • Consolidar os Centros Locais de Apoio à integração dos imigrantes e reforçar a Rede Nacional de Informação ao Imigrante, o atendimento ao público do SEF e a dimensão local da interculturalidade e da integração dos imigrantes (PII 2010-2013) • Princípio da equidade e coesão sócio-territorial, estabelecendo mecanismos que garantam a igualdade de oportunidades no acesso ao conforto urbano e corrijam os desequilíbrios existentes e os processos segregacionistas, reforçando, quando necessário, medidas de discriminação positiva para garantir a coesão social e territorial (Estratégia Lisboa 2020) | <p>PII 2010-2013:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Integração dos CLAI em quatro Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) ✓ Aumento do atendimento do SEF em 20% ✓ Formação/consolidação de 10 parcerias por ano a nível local. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver uma identidade urbana, culturalmente dinâmica assente na oferta qualificada de espaços e equipamentos coletivos, muito particularmente de educação e formação, permitindo a melhoria da qualidade de vida e a promoção da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, bem como a geração de referentes coletivos, patrimoniais e culturais reforçando a autoestima pela região de Lisboa (QREN) • Definir a articulação entre o meio rural e urbano como critério orientador do desenho das infraestruturas e de equipamentos coletivos, nomeadamente através de um desenvolvimento policêntrico, numa perspetiva de complementaridade e especialização, assegurando a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social e a liberdade de opção por diferentes espaços e modos de vida com incidência sobre a qualificação dos espaços de baixa densidade através da melhoria de acessibilidades locais, infraestruturção e dotação em equipamentos coletivos (PNPOT) • Desenvolver programas e incentivar ações que melhorem as condições de habitabilidade e apoiar o acesso ao mercado habitacional da população com dificuldades de acesso ao mercado, regulando as dinâmicas habitacionais para uma melhor harmonia da relação entre oferta e procura (PNPOT, PEH) • Garantir a articulação entre a política de habitação e outras políticas nomeadamente políticas sociais e políticas de cidade (PEH) | <p>PII 2010-2013:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Contratação anual de 120 fogos para imigrantes, entre adquiridos, construídos e reabilitados |





| | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver sistemas de transporte público com uma oferta flexível, estabelecendo tarifas que não poderão ser inibidoras do uso do transporte público pelas camadas da população menos desfavorecidas, capazes de responder à diversidade da procura nas áreas de mais baixa densidade populacional, nomeadamente pela criação de alternativas de transporte público onde estes não existam ou pela melhoria da acessibilidade e mobilidade das populações mais isolada, e explorar os serviços de transporte, assegurando a prestação dos serviços mínimos que garantam a coesão e equidade dentro do território nacional (PET) Desenvolver o mercado de habitação social em articulação com as autarquias e encontrar novas soluções de habitação social, em parcerias com associações de imigrantes, IPSS, ONG e cooperativas (PII 2010-2013) | |
| <ul style="list-style-type: none"> Combate à exclusão social, escolar e profissional dos descendentes de imigrantes, à segregação territorial e à vulnerabilidade socioeconómicos imigrantes: idosos através da divulgação das respostas institucionais disponíveis (PII 2010-2013) Reforço do incentivo ao empreendedorismo imigrante, da informação/formação dos trabalhadores imigrantes sobre os seus direitos e deveres no domínio laboral, bem como da atividade inspetiva sobre entidades empregadoras que utilizem ilegalmente mão-de-obra imigrante (PII 2010-2013) Facilitação e promoção do acesso à formação e ao emprego, bem como a criação de um sistema de informação sobre imigrantes altamente qualificados (PII 2010-2013) Monitorização da implementação das Recomendações do MEC para a constituição de turmas equilibradas e adequação das estratégias das escolas no acolhimento dos estudantes estrangeiros e descendentes de imigrantes (PII 2010-2013) Reforço da expressão da diversidade cultural em todos os domínios e atividades, com incidência na cultura e promoção do associativismo junto das comunidades imigrantes (PII 2010-2013) Consolidação do Programa de Intervenção para trabalhadores Desempregados Imigrantes, formação de literacia básica para os beneficiários do RSI, e incentivo à responsabilidade social das organizações, com base em princípios éticos e de valorização da diversidade (PII 2010-2013) | <p>PII 2010-2013:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaboração de um referencial ético promotor da diversidade e do diálogo intercultural em 2012 ✓ Certificação de 200 imigrantes ✓ Apoio a 10 iniciativas por ano, das quais 3 realizadas em equipamentos culturais ✓ 200 formandos por ano/15 negócios criados por ano ✓ Aumento anual de 5% de atividade inspetiva ✓ 20 experiências de parcerias escolas-empresas |
| FCD #3 Riscos e Alterações Climáticas | |
| Orientações de Ambiente e Sustentabilidade | |
| <ul style="list-style-type: none"> Promover a gestão florestal sustentável e uma prevenção eficaz dos incêndios florestais, para aumentar a resiliência do território a incêndios, através de um correto ordenamento do território e sensibilização das populações para a necessidade de prevenção de incêndios e identificar todas as situações de risco de ignição, estabelecendo medidas preventivas adequadas, | |

| | | |
|--|--|--|
| <p>procurando o equilíbrio entre as funções sociais, económicas e ambientais proporcionadas pelos espaços florestais (PNPOT, PNAC, ENDS, PMDFCI, ENF, PROF-AML)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover o aumento dos espaços florestais arborizados com espécies bem adaptadas às diferentes condições ecológicas, visando um desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa na perspetiva do uso múltiplo, voltado para o incremento progressivo da percentagem das folhosas autóctones, em detrimento de resinosas e eucalipto, com maior vulnerabilidade a incêndios florestais e fraco contributo para a biodiversidade (ENDS) • Melhorar a eficácia do combate a incêndios através da articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção, reforço da capacidade de 1ª intervenção, reforço do ataque ampliado e melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós incêndio (PMDFCI, PECAC) • Promoção de ações conducentes à diminuição da ressuspensão de partículas (e.g. através do aumento da frequência de lavagem de ruas e pavimentação de arruamentos) (PMQARLVT) • Promoção de campanhas (e.g. desenvolvimento de websites) e cursos de eco-condução em frotas de transporte de passageiros e de mercadorias e para ligeiros de passageiros, com o objetivo de sensibilização ambiental dedicada à problemática da qualidade do ar e mobilidade sustentável (PMQARLVT) • Assegurar uma ocupação do território adequada à suscetibilidade de risco de cheia, instabilidade de vertentes, incêndios florestais e riscos tecnológicos (PROT-AML, PMDFCI) | <p>CÂMARA MUNICIPAL RELAÇÃO 26 OUT. 2015 CARPAIN</p> | <p>PNUEA²:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Consumo urbano: atingir a 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80% ✓ Consumo agrícola: atingir a 10 anos uma eficiência média nacional de utilização da água de 66%, com variações numa gama entre 63% e 72% quando interpretada à escala regional ou local ✓ Consumo industrial: atingir a 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 84% |
| <p>Preservar e valorizar os recursos hídricos e ecossistemas associados através de uma gestão equilibrada e integrada que satisfaça as necessidades das atividades sociais e económicas através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção da requalificação e continuidade das linhas de água com recuperação das galerias ripícolas, assegurando o fornecimento em quantidade suficiente de água superficial e subterrânea de boa qualidade, pela diminuição de descargas e emissões de poluentes, bem como no investimento na renovação dos sistemas de abastecimento e tratamento de água, aumentando a eficiência no seu uso e a reutilização do recurso, garantindo a universalidade, continuidade e qualidade do serviço graças a uma lógica de serviço com elevada qualidade e fiabilidade, harmonizando estes objetivos com o desenvolvimento regional e sectorial (PROF-AML, ENDS, PNUEA, PNPOT, PBHRO, PBHT, PROT-AML, PEASASAR, PECAC) • Promoção de programas de uso eficiente da água direcionados para uma utilização sustentável dos recursos hídricos nos | | |

²Tal como publicado no PNUEA de 2001, que se mantém em vigor.

| | |
|---|---|
| <p>sectores urbano, agrícola e industrial, reduzindo desperdícios, diminuindo perdas na distribuição e assegurando a capacidade de reserva dos sistemas públicos de abastecimento de água, com base numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis, em particular dos aquíferos subterrâneos e que se reflitam na definição de um regime de caudais ambientais, de forma a minimizar situações hidrológicas extremas (cheias, secas) (ENDS, PNUEA, PNPT, PBHRO, PBHT, PROT-AML, PEAASAR, Estratégia de Sustentabilidade de Cascais, PECAC)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de alternativas ao fornecimento de água (e.g. retenção de água pluvial)(PECAC) | <p>sectores urbano, agrícola e industrial, reduzindo desperdícios, diminuindo perdas na distribuição e assegurando a capacidade de reserva dos sistemas públicos de abastecimento de água, com base numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis, em particular dos aquíferos subterrâneos e que se reflitam na definição de um regime de caudais ambientais, de forma a minimizar situações hidrológicas extremas (cheias, secas) (ENDS, PNUEA, PNPT, PBHRO, PBHT, PROT-AML, PEAASAR, Estratégia de Sustentabilidade de Cascais, PECAC)</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • Implementar as disposições da Lei da Água e da demais legislação ambiental diretamente relacionadas com o abastecimento de água, complementarmente à integração de soluções de carácter plurimunicipal que tomem em consideração a ocupação atual e futura do território, prevendo a minimização de situações de risco de acidentes de poluição e promovendo a implementação e reabilitação das infraestruturas ambientais que minimizem as agressões das atividades económicas sobre os recursos hídricos e considerem a integração do ciclo urbano da água (abastecimento/rejeição), contribuindo para melhorar as condições ambientais (ENDS, PEAASAR, PBHRO, PBHT) • Proteger e recuperar a qualidade das massas de água através da gestão integrada das bacias hidrográficas, de forma a garantir o equilíbrio dos ciclos da água e dos nutrientes e a existência de corredores ecológicos, a par com a recuperação dos ecossistemas e o condicionamento da utilização de recursos e das zonas a preservar (ENDS, PBHRO, PBHT) • Garantir que os Corredores Estruturantes Secundários associados a linhas de drenagem natural assumam funções de descompressão urbana (PROT-AML) | <p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Servir cerca de 95% da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água com qualidade ✓ Manter e atingir o bom estado ecológico das massas de água, salvo quando as medidas para melhorar e recuperar as massas de água não forem viáveis por razões naturais ou tiverem um custo desproporcionado ✓ Implementar perímetros de proteção das captações de água |
| <ul style="list-style-type: none"> • Concluir as redes de saneamento básico, nomeadamente de recolha e tratamento de águas residuais, realizando os investimentos necessários à conclusão e à expansão dos sistemas em alta e à continuação da infraestruturção da vertente em baixa, apoiando as intervenções de interface para ligação a sistemas públicos de tratamento de efluentes, incluindo recolha e pré-tratamento de efluentes, e promovendo uma maior integração territorial e funcional de sistemas plurimunicipais vizinhos com regime tarifário uniformizado na área de intervenção de cada sistema, de forma a potenciar economias de escala e mais-valias ambientais (PEAASAR) | <p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de, pelo menos, 70% da população abrangida ✓ Assegurar que 90% da população é atendida com tratamento de águas residuais adequado até 2006 |



| | | | |
|--|--|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Proteger os recursos e as paisagens como fatores de competitividade, garantindo a sustentabilidade ambiental através da redução dos impactos ambientais e paisagísticos e monitorizar, prevenir e minimizar os potenciais riscos (PNPOT, PNACE) • Antecipar, prevenir e gerir situações de risco e de impactos de natureza ambiental, social e económica, designadamente sismos, cheias, secas e acidentes de poluição, limitando as emissões de poluentes para o ambiente e assegurando o cumprimento dos valores limite estipulados para os poluentes regulamentados, bem como melhorando a capacidade de monitorização e prevenção dos riscos e da gestão dos seus efeitos (ENDS, ENGIZC, Estratégia Europa 2020) • Assegurar padrões de nível europeu nas vertentes de ambiente, de segurança e de proteção nos portos e nos transportes marítimos e promover a segurança marítima, apostando na competitividade da frota nacional, assim como na manutenção e reforço de tripulações nacionais para prevenção e combate à poluição e mitigação de riscos naturais e tecnológicos, procurando antecipar e minimizar situações de risco e de impactos de natureza ambiental, social e económica (ENDS, ENGIZC, PET) | | <ul style="list-style-type: none"> • Ordenar o território na orla costeira de forma a identificar a distribuição espacial dos perigos naturais, tecnológicos e ambientais no território regional, antecipando eventuais riscos associados às causas de erosão, prevenindo ou mitigando os eventuais impactos das alterações climáticas e assegurando a segurança de pessoas e bens. Considerar a atual ocupação do território e as projeções da sua utilização futura, não descuidando a organização rigorosa da preparação do País para o risco sísmico e o estabelecimento de planos de contingência para os sistemas de mobilidade devido às ameaças decorrentes de catástrofes naturais (ENDS, PET, PECAC) • Conhecer impactos e vulnerabilidades através de estudos setoriais desenvolvidos, permitindo dotar o município de um conhecimento aprofundado sobre as suas potenciais vulnerabilidades e integração dos agentes e organizações na elaboração de estratégias de adaptação às AC (PECAC, POEM) • Promover maior controlo sobre a intensidade, localização e qualidade da edificação na proximidade das áreas costeiras e na beira rio da AML que sejam mais vulneráveis, assim como o aumento de espaços verdes (florestais) e ajardinados dedicados ao recreio e lazer (PROT-AML) | <p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Alcançar 10% da SAU em 2013 ✓ Aumento em 30% da SAU até 2015 de Sistemas agroflorestais com elevado interesse ambiental |
| <ul style="list-style-type: none"> • Enquadrar o desenvolvimento das atividades específicas da orla costeira, valorizando e qualificando as praias consideradas estratégicas por motivos ambientais e turísticos com expressão num quadro de classificação das praias e regulamentação do uso balnear (POOC) • Defender e valorizar os recursos naturais e o património histórico e cultural (POOC) | | | |

| | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a defesa dos valores naturais e a existência de áreas mais sensíveis na escolha de locais de construção de áreas de estacionamento e de implantação de infraestruturas, de acessos viários e circulação pedonal, nomeadamente nas áreas sobranceiras às arribas costeiras e nos sistemas dunares, implementando também medidas de salvaguarda das arribas em relação à erosão potenciada pelas atividades agrícolas, desenvolvidas sobranceiramente à crista e dando prioridade ao combate às espécies não autóctones com carácter invasor (PSRN2000) | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Preservar os espaços de potencial agrícola, recuperando, conservando e protegendo os solos com maior produtividade agrícola, designadamente da erosão, contaminação, ocupação e pressão urbanas e de valorizações especulativas, com vista à permanência de utilizações agropecuárias compatíveis com a conservação e recuperação dos solos e dos recursos hídricos, incentivando a agricultura competitiva em termos sustentáveis (ENDS, PNPOT) | <p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir a manutenção da área da SAU, tendo o ano 2002 como referência, dando particular atenção à expansão da área dedicada à agricultura biológica |
| <ul style="list-style-type: none"> • Redução das cargas poluentes emitidas para o meio hídrico através da eliminação dos incumprimentos legais tendo em conta a classificação da qualidade da água em função das utilizações para cada troço da rede hidrográfica (PBHRO) | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e promover medidas e tecnologias que permitam a redução ou eliminação das emissões de GEE, incluindo a sua captura e fixação e limitar as emissões de GEE associadas aos diversos sectores (ENDS, PNAC, PNPOT) | <p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Limitar a 27%, em 2008-2012, o aumento das emissões de gases com efeito de estufa, relativamente aos valores de 1990 (2001: 36%) Estratégia Europa 2020: Metas Europeias para Portugal: ✓ Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 1% relativamente aos níveis registados em 1990, relativamente às emissões não abrangidas pelo regime de comércio de emissões |
| <ul style="list-style-type: none"> • Prevenção da produção de resíduos (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) • Aumento do esforço de fiscalização de processos de queima de RSU a céu aberto (PMQARLVT) • Promoção do aproveitamento do metano de resíduos urbanos, incineração dos resíduos provenientes da agricultura e | <p>PERSU II (Metas em 2009, 2011 e 2016):</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Valorização orgânica e material: 21%, 26% e 36% respetivamente |





| | |
|---|--|
| <p>manutenção de jardins, zonas verdes e zona florestal para produção de energia e aproveitamento integral do calor de cogeração (PECAC)</p> <p>Reduzir a quantidade e perigosidade dos resíduos, promovendo uma política integrada de gestão que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • aumente a coerência e articulação das políticas dirigidas para os diferentes tipos de resíduos (PERSU II) • fomente a redução e reciclagem na fonte dos resíduos sólidos urbanos, e posterior valorização e eliminação de forma segura e eficaz, reduzindo a sua quantidade na deposição em aterro e maximizando a vida útil dos resíduos sólidos (ENDS, PERSU II) • valorize energeticamente os resíduos não-recicláveis contribuindo para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e fornecendo matérias-primas não-poluíntes a outras indústrias (PERSU II) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reciclagem: 14%, 17% e 18% respetivamente ✓ Attingir, em 2016, 8% dos RU destinados diretamente a aterro <p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prevenir a geração de resíduos, atingindo as seguintes metas de redução: <ul style="list-style-type: none"> ➢ 225000t de RU (vs. crescimento previsto em 1995); ➢ 12,1% em peso na produção de RI (vs. 2001); ➢ 20,7% em peso na produção de RIP (vs. 2001). ✓ Para os Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) os limites de deposição em aterro, a alcançar faseadamente em 2006, 2009 e 2016 são 75%, 50% e 35% |
| <p>FCD #4 Marca Cascais</p> | |
| <p>Orientações de Ambiente e Sustentabilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar uma gestão integrada da zona costeira e promover o desenvolvimento sustentável de atividades geradoras de riqueza e que contribuam para a valorização de recursos específicos destas zonas, compatibilizando os vários usos da faixa costeira e acautelando em particular as zonas costeiras mais dependentes da pesca, reforçando-se a aposta na diversificação e inovação da produção (ENGIZC, PROMAR, PROT-AML) • Promover a competitividade do sector pesqueiro num quadro de adequação aos recursos disponíveis e reforçar, inovar e diversificar a produção aquícola e a indústria transformadora, assegurando o desenvolvimento sustentado das zonas costeiras dependentes da pesca (PROMAR, PROT-AML) • Incentivar a investigação científica, a valorização do saber tradicional e a inovação ao nível dos métodos, das tecnologias e da abertura de novos campos de atuação, aprofundar o conhecimento sobre os sistemas e os recursos marinhos e costeiros, | <p>Metas Relevantes</p> <p>PENP:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Redução de 8% da capacidade da frota com ajudas públicas ✓ Aumento de 85% de profissionais que concluíram ações de formação ✓ Aumento de 5% no nº de embarcações modernizadas ✓ Aumento de 44% no número de portos de pesca a modernizar |

| | |
|---|--|
| <p>Incluindo as espécies migratórias e assegurar que o processo de designação dos sítios Natura 2000 seja exclusivamente baseado em critérios científicos, como base fundamental para uma tomada de decisão sólida e fundamentada, assegurando financiamento nacional de longo prazo e promovendo a internacionalização da ciência desenvolvida em Portugal nos temas do mar português (eventos/congressos/Investigação) (ENGIZC, PENP, POEM)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cooperar para o desenvolvimento nacional, regional e local, pela compatibilização de políticas verdadeiramente integradas e diferentes usos da faixa costeira nacional, contribuindo ativamente para um racional ordenamento e gestão integrada dessas zonas, e promoção das oportunidades de emprego e estabilização económica e social do litoral, assegurando a importância das comunidades piscatórias e da dimensão marítima (PENP, POEM) • Promover a reformulação do modelo organizativo do sector das pescas, de modo a assegurar uma mais forte representatividade das associações e organizações de produtores, e a sua participação ativa na cadeia da produção e comercialização (PROT-AML, PENP) • Promover a competitividade e sustentabilidade a prazo do sector das pescas e aquicultura, apostando na inovação e na qualidade dos produtos, aproveitando melhor todas as possibilidades da pesca e potencialidades da produção aquícola, com recurso a regimes de produção e exploração biológica e ecologicamente sustentáveis (abordagem ecológica) e adaptando o esforço de pesca aos recursos pesqueiros disponíveis, de forma a obter um equilíbrio estável e duradouro entre as referidas capacidades e as suas possibilidades de pesca (PROT-AML, PENP) • Proteção, conservação, recuperação e monitorização de espécies e habitats marinhos e da estrutura ecológica associada, a todos os níveis de organização biológica, de forma a manter a biodiversidade, a resiliência natural e os serviços ecossistémicos do espaço marítimo, efetivando uma rede de áreas protegidas (POEM) • Preservar e defender os recursos marinhos pesqueiros, numa abordagem ecológica e de precaução que promova uma exploração sustentável e minimize o impacto da pesca nos ecossistemas marinhos, mantendo as unidades populacionais dentro de limites biológicos seguros para que as atividades de pesca explorem as unidades populacionais até ou dentro desses limites e assegurando a recuperação das unidades populacionais que se encontram fora dos limites biológicos seguros (PENP) • Valorizar e dignificar o capital humano e as profissões do sector da pesca bem como promover a melhoria da capacitação dos serviços e a competitividade das unidades de produção, através da inovação organizativa e funcional e da divulgação do conhecimento científico e técnico (PENP) | <p>✓ Aumento de 5% de representatividade da aquicultura na produção nacional do sector</p> |
|---|--|



| | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a Economia do Mar, promovendo <i>clusters</i> de competitividade e o desenvolvimento sustentável de atividades geradoras de riqueza que contribuam para a valorização de recursos específicos das zonas costeiras, apostando em novas tecnologias aplicadas às atividades marítimas e incentivando a inovação no uso e na tecnologia de processos de intervenção e de exploração dos recursos, valorizando o território nacional como localização para funções na área da exploração espacial e oceânica e implementando a Estratégia Nacional para os oceanos (ENDS, ENGIZC, PNACE) • Promover a concertação e o estabelecimento de sinergias (integração em <i>cluster</i>) entre as instituições e os diferentes agentes económicos cujas funções e atividades incidem no espaço marítimo e nos seus recursos (POEM) • Implementar uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável do mar, e promover o aproveitamento do seu potencial como recurso energético (ENDS, PNPOT) • Desenvolver um Programa Nacional de Investigação para a Conservação e Exploração Sustentável dos Recursos Marinhos, que articule a ação das diversas instituições e promova a cooperação internacional (ENDS, PNPOT) | <ul style="list-style-type: none"> • Prestar uma atenção global decisiva ao turismo como grande alavanca de internacionalização da região de Lisboa em articulação, quer com a afirmação de iniciativas e estruturas de negócios, congressos, feiras e exposições, quer com o desenvolvimento das indústrias criativas e culturais, quer no apoio a projetos de grande qualidade arquitetónica e ambiental (<i>landmarks</i>) (QREN) • Reforçar a aposta no turismo cultural e no <i>Touring</i> Cultural, atuando de forma focalizada sobre alguns dos atributos fundamentais da sua competitividade: identidade, património, atratividade, recetividade e visibilidade; aproveitar as frentes ribeirinhas para atividades de turismo náutico (navegação de recreio, desportos náuticos e marítimo-turístico), em articulação com a estruturação das atividades concorrentes, potenciando uma utilização sustentável dos estuários do Tejo e do Sado, da frente atlântica e do espaço marítimo adjacente, assegurando também a consignação de planos de água para a prática dos diversos desportos náuticos, designadamente ao nível da competição (PROT-AML, PNPOT, ENDS) • Valorização da identidade cultural e património do espaço marítimo como um espaço de excelência, divulgando-o e promovendo a sua apropriação pela sociedade e permitindo promover Portugal e projetar o mar português no espaço internacional (POEM) • Fomentar e incrementar a atratividade e competitividade das atividades associadas à utilização sustentável do espaço marítimo e dos seus recursos e modernização e sustentabilidade das respetivas infraestruturas (POEM) |
| <p>QREN (metas para 2015):</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 10 empresas dos sectores de turismo e lazer instaladas nas áreas intervencionadas 2 anos após a conclusão dos projetos apoiados <p>PROT-AML:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento em 7 Milhões do número de passageiros aéreos movimentados ✓ Duplicar o número de turistas que visitam o município de Cascais ✓ Duplicar o número de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico localizados no município de Cascais ✓ Atribuição do galardão na sua globalidade com Bandeira Azul ou a classificação "Praia Dourada" | <p>CAMARA MUNICIPAL RECEBIMOS 28 OUT, 2015 CASCAIS</p> |

| | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o planeamento dos conjuntos turísticos, visando a sua sustentabilidade ambiental, económica e social, um adequado enquadramento paisagístico e o seu contributo para a estabilização das áreas agrícolas e florestais onde se inserem, e para a conservação e recuperação dos valores naturais, assumindo a diversidade paisagística e natural como fator decisivo para a competitividade da AML e para o seu desenvolvimento sustentável (PROT-AML, PNPOT) • Promover a recuperação/criação de centros e apoios à prática e ao treino de desportos náuticos (aprendizagem, lazer, competição e alta competição) por residentes e visitantes, quer complementando a oferta existente nas marinas de Cascais e Oeiras e na praia de Carcavelos, quer através de novos locais a criar, associados às praias existentes (PROT-AML) • Valorizar as praias existentes, de acordo com o POOC em vigor, dotando-as de acessos, estacionamentos e equipamentos de apoio e assegurando a qualidade da água e do areal (PROT-AML) • Estimular o investimento privado na hotelaria, em especial através da reabilitação e reconversão de património arquitetónico e posicionar de forma mais competitiva a AML como destino de turismo de negócios face às principais áreas e regiões concorrentes (PROT-AML) • Reforçar as condições para que a AML se constitua como o principal destino de "Golf Short Breaks" e seja internacionalmente reconhecida como um dos melhores destinos de golfe turístico da Europa, promovendo a construção de novos campos de golfe, inseridos em NDT ou isolados, públicos ou privados (PROT-AML) • Apostar numa lógica de planeamento e promoção da visitação turística das AP e espaços naturais integrada e em rede com outras atividades turísticas, garantindo pacotes de visitação mais atrativos e diversificados, dotando as Áreas Protegidas de infraestruturas, equipamentos e serviços de informação e apoio adequados à visitação e implementando lógicas criativas, inovadoras e diferenciadoras na oferta de alojamento turístico, entretenimento e lazer. Desenvolver programas e produtos turísticos que permitam atenuar a sazonalidade do Destino (PROT-AML, ENDS, PET Lisboa 2011-2014) • Reforçar as condições de competitividade das zonas de Lisboa capital, eixo Estoril/Cascais e Sintra, ao nível da oferta de produto e de serviços disponibilizada (PROT-AML) • Potenciar a reabilitação e valorização do património e da oferta cultural, para associar uma imagem de "destino cultural" a Lisboa e à AML bem como qualificar os equipamentos de alojamento turístico e de entretenimento e lazer atualmente existentes e investir na formação e capacitação das pessoas, com vista à qualificação dos serviços prestados a visitantes e turistas (PROT-AML, PNPOT) | <p>PENT:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Portugal deverá ser um dos destinos de maior crescimento turístico na Europa, com um crescimento acima da média europeia, através do desenvolvimento baseado na qualificação e competitividade da oferta, transformando o sector num dos motores de crescimento da economia nacional ✓ Crescimento anual de 5% no número de turistas estrangeiros, atingindo os 20 milhões em 2015 ✓ Crescimento anual de 9% nas receitas, ultrapassando o patamar dos 15 milhões em 2015 ✓ Melhorar a qualidade da oferta turística atingindo em 2015 uma quota de 65% dos estabelecimentos de 4 e 5 estrelas no total da capacidade (PENT / ENDS) ✓ Desconcentrar geograficamente a procura através de um aumento para 35% do peso das dormidas nas regiões de menor procura ✓ Ultrapassar até 2015 os 10 milhões de dormidas de estrangeiros (crescimento anual de 6,7%) <p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Assegurar um crescimento de receitas do turismo superior ao crescimento do número de turistas <p>PET Lisboa 2011-2014:</p> |
|---|--|



| | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a ordenação e a disciplina das atividades agroflorestais, urbanísticas, industriais, recreativas e turísticas, de forma a evitar a degradação dos valores naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região, possibilitando o exercício de atividades compatíveis, nomeadamente o turismo de natureza (POPNSC) • Alavancar as dinâmicas económicas do concelho de Cascais a uma rede de oferta turística de excelência (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) • Criação de programação de eventos e roteiros culturais de impacto internacional (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) • Prestar uma atenção global e decisiva ao turismo como grande alavanca de internacionalização da região em articulação, quer com a afirmação de iniciativas e estruturas de negócios, congressos, feiras e exposições, quer para o desenvolvimento das indústrias criativas e culturais, quer com uma aposta de grande qualidade arquitetónica e ambiental no sector imobiliário (Estratégia Regional Lisboa 2020) • Aumentar a estada média dos turistas através do <i>crossselling</i> entre os diferentes produtos turísticos existentes na Área Promocional de Lisboa e demais serviços complementares que acrescentem valor à experiência do turista e que garantam a sua satisfação (PET Lisboa 2011-2014) | <p>✓ Aumentar o número de dormidas dos turistas nacionais e internacionais em Cascais para 795,7 mil dormidas</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a mudança dos comportamentos individuais por via da divulgação de informação de carácter geral sobre eficiência energética, bem como através da maior facilidade de acesso a tecnologias de produção de energia renovável, como microgeração e de aquecimento solar (PNAEE) • Assegurar uma produção de eletricidade menos poluente e com maiores índices de eficiência na utilização de combustíveis fósseis, diminuindo a intensidade do PIB em consumo de energia e de recursos naturais através do aumento da eficiência do sistema produtivo e dos transportes e da aposta em energias renováveis (ENDS, PECAC) • Explorar o grande potencial disponível, ao longo de toda a costa atlântica da Grande Lisboa, com incidência específica em Cascais, da energia das ondas bem como prosseguir a tendência em curso de aproveitamento do potencial eólico endógeno, minimizando os impactos paisagístico e ambiental e aumentar a produção de eletricidade com base solar fotovoltaica, acompanhando a tendência de descida de preço por unidade de potência instalada com base nesta tecnologia (PROT-AML) • Aproveitar a exploração do potencial endógeno da Região AML para potenciar a criação de emprego e a inovação tecnológica associada à exploração destes recursos renováveis (PROT-AML) | <p>ENDS³:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Cumprir em 2010 a meta nacional que aponta para que 39% da eletricidade seja produzida a partir de fontes renováveis <p>ENE 2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Redução, até 2020, para 74% da dependência energética exterior e em 25% nas importações de energia <p>ENE 2020/Estratégia Europa 2020 (Metas Europeias para Portugal):</p> |

³ Tal como publicado na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável aprovado em RCM em 8 de Junho de 2006, que se mantém em vigor.

| | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir a dependência energética (saldo importador) do País face ao exterior através da utilização sustentável de recursos endógenos para a produção, apostando nas fontes de energia renovável e assegurando a garantia da segurança no abastecimento através da diversificação do "mix" energético, de políticas de planeamento do licenciamento urbanístico, de sensibilização e educação de populações e agentes económicos (ENE 2020, PNPOT, PNAC) • Continuar a desenvolver o cluster industrial associado à promoção da eficiência energética e consolidar o cluster das energias renováveis (ENE 2020) • Promoção da sustentabilidade energética da perspetiva da utilização de energias renováveis (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) | <p>✓ Criação de mais de 120 mil postos de trabalho associados às energias renováveis, com estas a representar 31% de toda a energia final consumida (60% eletricidade e 10% no sector dos transportes) em 2020</p> <p>PECAC:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Bioenergia: Redução de emissões de cerca de 40000 ton CO2e em 2020, i.e. 5% das emissões globais do Concelho a essa data. ✓ Energia solar térmica: 47000 GJ (em energia final, assumindo substituição em partes iguais de gás natural e eletricidade), representando -3 700 ton CO2e em 2020 (redução de 0,5% das emissões) e em 2070 redução em cerca de 2,5% face aos cenários de referência. ✓ Energia solar fotovoltaica: potencial de redução de emissões em 2020 da mesma ordem que o do solar térmico, i.e. 0,5% das emissões. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Promover a qualificação dos Portugueses, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade, nomeadamente promover o processo de projeção competitiva da região de Lisboa à escala internacional (QREN) • Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objetivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atração e estímulo ao investimento empresarial qualificante (QREN) • Apoiar a instalação de start-up de base tecnológica e indústrias criativas e o desenvolvimento de PME em sectores estratégicos para a competitividade regional (QREN) | <p>QREN (metas para 2015):</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 100 start-ups apoiadas nos sectores de média e alta tecnologia e nos sectores intensivos em conhecimento <p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Assegurar um crescimento sustentado que permita retomar a convergência com a União |

| | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Proteger os recursos e as paisagens como fatores de competitividade, garantindo a sustentabilidade ambiental através da redução dos impactos ambientais e paisagísticos e monitorizar, prevenir e minimizar os potenciais riscos (PNPOT, PNACE) • Fomentar o crescimento económico, apostando na confiança e no melhoramento do contexto jurídico-legal, afirmando políticas públicas coerentes e estrategicamente enquadradas, incrementando o investimento público em sectores chave e atraindo e apoiando o investimento privado e a modernização do tecido empresarial (PNACE) • Reforçar a credibilidade, consolidando as contas públicas e apostando em políticas fortes, transparentes, focalizadas e direcionadas para a solução dos pontos críticos que limitam o desenvolvimento do País e a sua capacidade de atrair capitais e recursos interno e externos (PNACE, PNPOT) • Promover a criação e o preenchimento progressivo, de forma competitiva, de 1000 lugares adicionais para I&D no Estado, por contrapartida da extinção do número necessário de lugares menos qualificados noutros sectores da Administração (Plano Tecnológico, ENDS, PNPOT) • Triplicar o número de patentes registadas e triplicar o esforço privado em I&D empresarial, criando as condições de estímulo necessárias (Plano Tecnológico, PNPOT) • Garantir que, no escalão etário dos 20-24 anos, 65% da população termina o ensino secundário e aumentar o número de diplomados em ciência e tecnologia para 12 em cada mil habitantes (Plano Tecnológico, PNPOT) • Estruturar sistemas urbanos sub-regionais de forma a constituir polos de competitividade, nomeadamente racionalizando e qualificando os espaços para a implantação de atividades económicas, tendo em vista a exploração de economias de aglomeração (PNPOT) • Utilização e potenciação do posicionamento geoestratégico de Cascais e promoção da paisagem cultural e natural do concelho, na perspetiva do valor económico (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) • Fixação de empresas e profissionais, particularmente de elevado potencial criativo (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) • Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global (Américas e Ásia), e especificamente, valorizar o papel estratégico da Região Metropolitana de Lisboa através da promoção programas estratégicos que potenciem a competitividade dos principais espaços de internacionalização da economia nacional, com destaque para os | <p>Europa</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumentar a % de bens e serviços com competitividade baseada no conhecimento na escala de produção ou na qualidade ✓ Aumentar a incorporação das exportações na constituição do PIB para 40% do mesmo (Atual⁴: 30,7%) <p>PROT-AML:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Acréscimo de 1,83% em investimento em I&D em função do PIB <p>Plano Tecnológico:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fazer crescer em 50% os recursos humanos em I&D e a produção científica referenciada internacionalmente ✓ Triplicar o esforço privado em I&D empresarial, criando as condições de estímulo necessárias e duplicar o investimento público em I&D, de forma a atingir 1% do PIB ✓ Aumentar para 0,8% o peso no PIB do I&D empresarial⁵ ✓ Aumentar para 4,7% o peso do emprego nas indústrias de alta e média tecnologia no total da economia⁵ |
|---|---|



⁴ Valor atual referente a 2005, segundo o publicado na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável.

⁵ Metas para o ano de 2010, tal como publicado no Plano Tecnológico, de 2005, que se mantém em vigor.

| | |
|--|--|
| <p>Arcos Metropolitanos de Lisboa (2006-2013) (PNPOT, ENDS)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar as cidades a assumirem uma visão estratégica de longo prazo, garantindo um posicionamento sólido e distintivo na economia do conhecimento a nível nacional e internacional (2006-2013) (PNPOT) • Incentivar a constituição e a participação das cidades e das regiões portuguesas em programas e redes de cooperação transeuropeus intensivos em conhecimento e promover também as redes de cooperação entre cidades vizinhas, para ganhar massa crítica nos modernos fatores de competitividade e estruturar os diversos sistemas urbanos, recorrendo, nomeadamente, aos “contractos de aglomeração” para desenvolver a cooperação entre o Estado e as Autarquias Locais e à constituição de parcerias entre entidades públicas e destas com entidades privadas (2006-2013) (PNPOT) • Promover ações dirigidas aos principais sectores industriais com capacidade e potencial exportador, suscitando ganhos de competitividade nas cadeias logísticas através da introdução de novas tecnologias e consequente adaptação dos procedimentos de gestão (2006-2013) (PNPOT) • Reforçar os mecanismos de apoio financeiro à inovação e ao empreendedorismo, favorecendo ao mesmo tempo o aumento do “pool” de capital de risco gerado no País (ENDS) • Consolidar as principais áreas de concentração de atividades como motores de desenvolvimento económico, fixação de investimento e promoção de inovação na AML (PROT-AML) • Salvaguardar as áreas de produção essenciais ao desenvolvimento e expansão dos produtos de qualidade certificada distintivos da região (PROT-AML, PECAC) • Promover a competitividade, a inovação e a diferenciação de produtos e marcas de base territorial e transformar a AML num dos polos europeus de tecnologias e atividades de exploração e monitorização dos Oceanos, com destaque para as que permitam conhecer e vir a explorar os recursos biológicos, energéticos e minerais subaquáticos, fazendo convergir para esta área polos de conhecimento existentes (PROT-AML) • Promover a cooperação internacional e nacional entre centros de investigação, e a sua abertura à participação das empresas interessadas, bem como apostar no desenvolvimento de polos que potenciem efeitos de localização e agregação para atracção de empresas de base científica e tecnológica (PROT-AML, Estratégia Regional Lisboa 2020) • Prestar grande atenção à participação nos movimentos de globalização assentes no princípio de modularidade de processos e produtos, como forma de acelerar a sua emergência na economia baseada no conhecimento (Estratégia Regional Lisboa 2020) | <p>✓ Incrementar para 11,4% o peso das exportações de sectores de alta tecnologia⁵</p> <p>✓ Aumentar o peso das exportações nacionais no PIB⁵</p> <p>Estratégia Europa 2020</p> <p>(Metas Europeias para Portugal):</p> <p>✓ Aumentar para 2,7-3,3% do PIB da EU o investimento (público e privado) em I&D e inovação</p> |
|--|--|



| | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Prestar grande atenção às atividades logísticas, seja como forma de defender as atividades assentes no princípio de desintegração vertical, seja como forma de encontrar funções internacionais globais qualificadas no terreno da intermediação (Estratégia Regional Lisboa 2020) • Assumir o património histórico-cultural como vetor decisivo para o aumento da competitividade da AML e para garantir o seu desenvolvimento sustentável e apoiar a inovação, diferenciação e especialização produtiva da economia regional, considerando a sua capacidade competitiva (PROT-AML) • Desenvolver a Rota de Vinhos de Bucelas, Colares e Carcavelos, aproveitando o potencial turístico dos vinhos DOC em sinergia com a gastronomia, património e valores naturais da região de Lisboa, salvaguardando as áreas da produção vitícola do concelho de Cascais (PROT-AML) • Fomentar o Enoturismo através da criação de circuitos/rotas de provas, associados a estabelecimentos hoteleiros e de restauração regionais a integrar numa rede regional (PROT-AML) | <ul style="list-style-type: none"> • Estimular o surgimento de redes de valorização, conservação e proteção do património histórico, cultural (material e imaterial) e natural, nomeadamente através de medidas que os integrem na gestão do planeamento territorial regional e municipal, numa perspetiva de coesão territorial e reforço da identidade regional (ENCNB) • Revitalizar os centros históricos através da reabilitação do património edificado, da recuperação das funções residenciais e da revitalização das funções urbanas (PNPOT) • Promover a dinamização funcional dos centros históricos e cívicos da AML através da definição e implementação de uma estratégia integrada que consolide estes espaços como âncoras do desenvolvimento do Turismo Cultural na AML e definir uma estratégia regional para a conservação dos valores patrimoniais classificados da AML (PROT-AML) • Valorizar, em termos de investimento público, os vários domínios do património imaterial, como as tradições e expressões orais, a língua, as artes do espetáculo, as práticas sociais, rituais e eventos festivos, os conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e as aptidões ligadas ao artesanato tradicional e às atividades de manutenção, reparação (PROT-AML) • Promover o conhecimento, a recolha e a documentação de práticas e expressões culturais tradicionais e estabelecer um arquivo multimédia de património imaterial oriundo da AML, permitindo o acesso, o estudo e a divulgação destes conteúdos bem como estimular junto das novas gerações o reconhecimento do sentido de pertença identitária conferido pelo imaginário coletivo, possibilitando a (re)descoberta de valores tradicionais de artes e ofícios e a possibilidade da sua apropriação e reinvenção, bem |
|---|--|



| | |
|---|---|
| <p>como a promoção e valorização do seu elevado potencial artístico, turístico e educativo (PROT-AML)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Salvar e valorizar o património arqueológico e o património cultural, arquitetónico, histórico e tradicional da região, e apoiar a animação sociocultural, através da promoção da cultura, dos hábitos e das tradições populares (POPNSC) • Princípio da pertença e do direito à cidade através do desenvolvimento de uma identidade urbana, culturalmente dinâmica, assente na oferta qualificada de espaços e equipamentos coletivos, muito particularmente de educação e formação, permitindo a melhoria da qualidade de vida e a geração de referências patrimoniais, culturais e identitárias regionais que reforcem o sentido de pertença e de coesão (Estratégia Regional de Lisboa 2020) • Promover a paisagem cultural e natural do concelho, na perspetiva do valor económico e promover igualmente a identidade urbana (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) | <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar iniciativas para valorizar atividades criativas, culturais e desportivas e atrair estratos populacionais mais jovens e qualificados, nomeadamente em áreas de menor densidade e vitalidade demográfica e social (2006-2013) (PNPOT) • Incentivar a mobilidade residencial através da maior eficiência do mercado de arrendamento, da adequação e maior flexibilidade do mercado e das condições de financiamento da aquisição de habitação, e da alteração dos modelos de gestão do parque público habitacional (2006-2010) (PNPOT)⁶ |
|---|---|



⁶ Tal como publicado no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território aprovado em RCM (n.º41/2006) em 27 de Abril 2006, que se mantém em vigor.

| Diretrizes de Monitorização | Indicadores de Monitorização |
|---|---|
| Monitorizar a qualificação, dinamização e revitalização do espaço público | <p>Varição do número de ações desenvolvidas no âmbito da revitalização do espaço público.</p> <p>Varição da despesa pública em dinamização do espaço público.</p> <p>Varição da despesa pública em recuperação e promoção do espaço público.</p> |
| Monitorizar a evolução da qualidade e atratividade do TP e da utilização do TI no município | <p>Tempo de deslocação por meio de transporte.</p> <p>Repartição modal nas deslocações casa-trabalho, trabalho-casa.</p> <p>Varição no número de veículos registados no Município.</p> |
| Monitorizar os consumos energéticos no espaço público | <p>Varição dos consumos energéticos ao nível do espaço público.</p> |
| Monitorizar medidas de construção sustentável utilizadas em obras de edificação e reabilitação bem como a eficiência energética do edificado novo e reabilitado | <p>Varição da intensidade energética ao nível doméstico, industrial e serviços.</p> <p>Número de certificados emitidos nas intervenções realizadas (obras e certificação energética dos imóveis). (Aplicável a novas edificações e intervenções de reabilitação das edificações existentes, quer em áreas residenciais como em espaços de intervenção específicos, nomeadamente as áreas degradadas, marina, espaços industriais e industriais devolutos, empresariais e no Ecoparque).</p> |
| Monitorizar a mobilidade suave | <p>Níveis de utilização das vias de mobilidade suave.</p> |



Quadro 3 – Diretrizes de Monitorização para o FCD#2 Coesão e Inclusão.

| Diretrizes de Monitorização | Indicadores de Monitorização |
|--|---|
| Monitorizar as situações de vulnerabilidade social e as ações para o combate à exclusão social | <p>Ações municipais para a inclusão social.</p> <p>Variação dos Meios de subsistência da população.</p> <p>Variação da Taxa de desemprego.</p> <p>Eficácia das medidas e programas de inserção social previstos no PDM.</p> |
| Monitorizar o acesso e cobertura dos equipamentos sociais | <p>Cobertura dos equipamentos escolares.</p> <p>Cobertura dos equipamentos sociais.</p> <p>Cobertura dos equipamentos de saúde.</p> <p>Acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais/mobilidade reduzida.</p> |
| Monitorizar a qualificação e inserção profissional da população | <p>Iniciativas de combate ao desemprego.</p> <p>Variação do Número de pessoas inseridas profissionalmente.</p> <p>Variação do Número de pessoas atendidas no gabinete de empregabilidade.</p> <p>Variação do Número de pessoas que adquiriram competências em programas de capacitação de iniciativa pública.</p> |
| Monitorizar o acesso a equipamentos de desporto e a adesão a ações desportivas e de incentivo à vida ativa | <p>Variação da área desportiva útil por habitante.</p> <p>Variação do número de utilizadores dos espaços desportivos concelhios.</p> <p>Adesão às iniciativas desportivas de lazer e de saúde.</p> |
| Monitorizar a população residente em zonas de conflito em termos de ruído | <p>Variação da população exposta a níveis de ruído acima dos níveis regulamentares de exposição máxima.</p> |



Quadro 4 - Diretrizes de Monitorização para o FCD#3 Riscos e Alterações Climáticas

| Diretrizes de monitorização | Indicadores de monitorização |
|---|--|
| Monitorizar a evolução da ocupação de áreas permeáveis | Variação de áreas permeáveis (%). |
| Monitorizar a implementação de medidas de adaptação e sensibilização de agentes face às AC ao nível municipal | Medidas de adaptação às AC adotadas. |
| Monitorizar o desenvolvimento de iniciativas municipais para a conservação e gestão da procura de água | Iniciativas municipais para a conservação e gestão da procura de água. |
| Monitorizar as emissões de GEE ao nível municipal incluindo as decorrentes dos transportes e gestão de resíduos | Emissões de GEE por setor de atividade. |
| Monitorizar iniciativas municipais de redução da produção de resíduos | Resíduos urbanos recolhidos (t), por tipo de recolha e tipo de destino (resíduos). |
| Monitorizar as várias fontes de poluição por tipo de poluição e localização | Evolução do número de fontes de poluição e problemas associados. |
| Monitorizar a salvaguarda de áreas vulneráveis a inundações e efeitos de maré (junto ao litoral) e a proteção do edificado nestas zonas | Iniciativas municipais de interdição de ocupação do subsolo em áreas vulneráveis a inundações e efeitos de maré e de promoção de sistemas de infiltração e retenção de águas pluviais. |
| Monitorizar a evolução da ocupação de áreas vulneráveis a riscos naturais | Sensibilização/formação dos agentes públicos e privados para as questões ligadas ao combate às AC. Variação da ocupação em áreas vulneráveis a riscos naturais (%). |
| Monitorizar a implementação de um sistema de alerta prévio contra inundações nas zonas de elevada vulnerabilidade a este risco | Investimento público e privado em I&DT ligado ao combate às AC. |



Quadro 5 – Diretrizes de Monitorização para o FCD#4 Marca Cascais

| Diretrizes de Monitorização | Indicadores de Monitorização |
|--|--|
| Monitorizar a realização de ações de valorização do património material e imaterial | Incentivos municipais à preservação do património material e imaterial. Variação das despesas municipais em atividades culturais. |
| Monitorizar a valorização dos recursos naturais como ativos para gerar valor | Evolução do número de produtos e serviços baseados em recursos naturais. Evolução da procura das atividades de recreio e lazer, e.g. surf. Variação da contribuição das atividades económicas marítimas para a economia concelhia. Valor médio da pesca descarregada (€/kg) por porto de descarga. Variação da potência solar e eólica instalada por cada 1000 habitantes. |
| Monitorizar a concretização da estratégia de competitividade económica dentro da AML | Variação do poder de compra <i>per capita</i> e disparidade no ganho mensal médio por sector de atividade (Cascais vs Outros Municípios da AML). Variação do número de empresas de elevado valor acrescentado existentes. Concretização dos incentivos à fixação de empresas. |
| Monitorizar a competitividade de Cascais enquanto concelho atrativo para a fixação de empresas de elevado perfil | Variação da distribuição percentual do número de empresas por sector de atividade. Variação do peso dos setores e serviços internacionalizáveis no total da economia concelhia. Variação comércio internacional declarado por concelho de Sede dos Operadores. Variação da intensidade tecnológica expressa em proporção de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento. Variação da proporção de emprego total em atividades TIC e proporção de emprego da indústria transformadora em indústrias de média e alta tecnologia. Evolução dos custos de contexto para as empresas. Concretização dos pólos tecnológicos e áreas empresariais (Número de empresas instaladas vs área disponível). |
| Monitorizar a fixação de população jovem qualificada | Variação da população residente por nível de ensino concluído. Variação do número de trabalhadores por conta de outrem. Realização e resultados de programas de ações de incentivo ao |



| Diretrizes de Monitorização | Indicadores de Monitorização |
|--|--|
| | <p>empreendedorismo.</p> <p>Perfil de qualificações por sector de atividade segundo a dimensão da empresa.</p> <p>Implementação dos programas de habitação jovem e de promoção do arrendamento face às metas traçadas.</p> |
| Monitorizar a efetiva promoção do empreendedorismo | <p>Variação do número de empresas com atividades ligadas ao empreendedorismo social.</p> <p>Evolução do número de empresas instaladas em espaços comerciais e pólos industriais requalificados.</p> |



5.2 Quadro de Governança

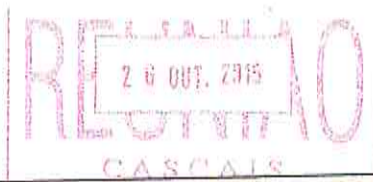
A governança constitui o conjunto de políticas, funções, responsabilidades e processos que as entidades públicas e privadas e a sociedade civil na generalidade devem assegurar no sentido de atingir a efetiva aplicação de estratégias de desenvolvimento implícitas nos instrumentos de desenvolvimento e ordenamento.

No atual procedimento de AAE do PDM Cascais é apresentado o quadro de governança direcionado para a ação, compreendendo diretrizes específicas para cada entidade com responsabilidades no território municipal.

As ações preconizadas nos quadros de governança seguintes passam pela maximização das estratégias vertidas no Plano, com vista a atingir o melhor desempenho deste, enquanto instrumento normativo e operacional que deve reconhecer a existência de um conjunto de oportunidades e riscos de sustentabilidades já evidenciados no procedimento de AAE, e por isso orientadas para os resultados e para a concretização das diretrizes para o seguimento propostas.

Quadro 6 – Quadro de Governança para o FCD#1 Requalificação Territorial e Mobilidade.

| Entidade | Diretrizes de Governança |
|--|--|
| CCDR-LVT | Dinamizar o diálogo e a cooperação institucional para promover a coesão territorial intra e intermunicipal. |
| ICNF | Participar ativamente na elaboração do PDM e na concretização da estratégia concelhia, contribuindo para a resolução de situações críticas que se verifiquem no interior do PNSC. Assegurar a eficácia das políticas municipais, nomeadamente a fiscalização da contenção do edificado existente. Desenvolver Planos de ação com vista à conservação das espécies e habitats. |
| IMT | Criar incentivos ao planeamento integrado dos transportes e promover a sua utilização, em colaboração com os operadores de transportes e com a CMC. Verificação das condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida. |
| Organismos Setoriais da Administração Pública (todos com incidência) | Garantir a articulação institucional, coordenação de esforços entre os seus organismos sectoriais e as autoridades locais, e colaboração na monitorização das componentes relacionadas com as suas áreas de competência. |
| CMC | Estabelecer orientações e metas municipais de valorização, salvaguarda e incremento dos recursos naturais e assegurar a sua monitorização (em colaboração com a CCDR-LVT, APA, etc.). Promover o diálogo entre entidades competentes e operadoras de serviços de transporte público com vista a melhorar o funcionamento e gestão dos mesmos. Promover a transferência modal entre TI e TP / modos suaves, baseado na melhoria das infraestruturas e serviços. Promover a construção sustentável e eficiência energética. |
| Operadores de Transportes | Criar incentivos ao planeamento integrado dos transportes e promover a sua utilização, em colaboração com o IMT. Ajustamento dos níveis de serviço de acordo com as alterações à rede viária. |



| Entidade | Diretrizes de Governança |
|--------------------------|--|
| Privados | Contribuir para a sustentabilidade das estratégias do Concelho de Cascais através do desenvolvimento de projetos promovam a valorização dos serviços dos ecossistemas. |
| ONG e População em geral | Participar ativamente nos programas de ação no âmbito da recuperação de áreas degradadas e revitalização dos tecidos urbanos antigos, nos programas de ação no âmbito da requalificação e revitalização do espaço público, da proteção dos recursos naturais, em processos de consulta pública associados à mobilidade sustentável, bem como à eficiência energética no âmbito do PDM Cascais e nas atividades de sensibilização para a sustentabilidade. Adotar hábitos sustentáveis, promotores da utilização de meios de mobilidade suaves, abandono do TI em prol do TP e eficiência na utilização doméstica de recursos. |



Quadro 7 – Quadro de Governança para o FCD#2 Coesão e Inclusão.

| Entidade | Diretrizes de Governança |
|---|---|
| CCDR-LVT | Dinamizar o diálogo e a cooperação institucional para promover a coesão social intra e intermunicipal. |
| Organismos setoriais da Administração Pública | Garantir a articulação institucional, coordenação de esforços entre os seus organismos setoriais e as autoridades locais, e colaboração na monitorização das componentes relacionadas com as suas áreas de competência. |
| Instituto Nacional de Aviação Civil | Participar ativamente na implementação da estratégia proposta para o Aeródromo de Tires. |
| IMT | Adequar a política de transportes públicos de Cascais a necessidades sociais concelhias, contribuindo para a implementação do PDM e concretização da estratégia concelhia de coesão territorial e social. |
| ICNF | Participar ativamente na elaboração do PDM e na concretização da estratégia concelhia, contribuindo para a resolução de situações críticas que se verifiquem no interior do PNSC. |
| CMC | Promover o envolvimento das várias entidades com competências e responsabilidade sobre a gestão do território concelhio, articulando as várias intervenções. Continuar e reforçar a estratégia municipal de envolvimento público e de cidadania ativa. Monitorizar a implementação do PDM. |
| Setor empresarial e suas associações | Participar ativamente nos processos de consulta pública no decurso dos processos de planeamento. Contribuir para a implementação da estratégia municipal, designadamente as oportunidades de empreendedorismo social, criação de emprego e formação. |
| Associações da Sociedade Civil, ONG | Participar ativamente no processo de planeamento e na implementação da estratégia municipal, dinamizando programas, projetos e ações de cariz social e de cidadania, designadamente associados ao empreendedorismo social. Promover o diálogo e concertação entre a CMC e os cidadãos sobre atividades municipais de natureza social |
| População em geral | Participar ativamente nos processos de consulta pública no decurso dos processos de planeamento. Participar ativamente nos processos e programas de integração social e formação profissional. |



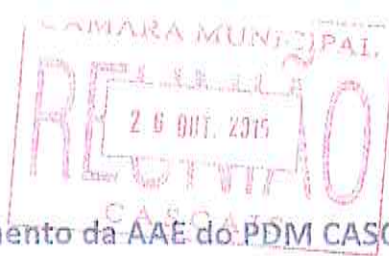
Quadro 8 – Quadro de Governança para o FCD#3 Riscos e Alterações Climáticas

| Entidade | Diretrizes de Governança |
|-----------------|--|
| CCDR-LVT | <p>Promover e articular projetos regionais e intermunicipais de mitigação e adaptação às alterações climáticas.</p> <p>Desenvolver e manter atualizadas as estimativas regionais de emissões de GEE.</p> |
| APA | <p>Colaborar com o município na implementação de estratégias e medidas de combate às alterações climáticas em linha com as metas estabelecidas pelo Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC). Contribuir para a sustentabilidade das estratégias municipais com vista à valorização dos recursos ribeirinhos e gestão da qualidade ambiental.</p> |
| INAC | <p>Participar ativamente na implementação da estratégia proposta para o Aeródromo de Tires.</p> |
| ANPC | <p>Manter atualizadas as orientações estratégicas para o ordenamento do território (a diferentes escalas) no âmbito da prevenção e adaptação a situações de emergência decorrentes da ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos.</p> |
| CMC | <p>Assegurar estrategicamente que as emissões de GEE no Concelho mantêm uma tendência decrescente em sintonia com a política nacional nesta matéria (PNAC) em colaboração com a APA.</p> <p>Acompanhar e controlar a vulnerabilidade territorial da população face aos efeitos previsíveis das alterações climáticas e controlar a expansão urbana em função dessa vulnerabilidade através do estabelecimento de mecanismos de gestão adaptativa.</p> <p>Assegurar medidas de mitigação e adaptação às AC.</p> <p>Estabelecer orientações e metas municipais de proteção e requalificação ambiental e assegurar a sua monitorização (em colaboração com a CCDR-LVT, APA, etc.).</p> <p>Manter atualizadas as informações sobre o risco de cheia e planos de emergência e promover ações de sensibilização à população.</p> <p>Contribuir ativamente para a realização de estudos específicos para verificação da suscetibilidade e adequação das soluções construtivas em zonas de risco.</p> <p>Rever, com a frequência necessária, o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil.</p> |
| Tratolixo | <p>Execução do Plano de Reabilitação do Ecoparque de Trajouce.</p> |
| Sociedade civil | <p>Adotar práticas de prevenção e adaptação aos riscos naturais e a fenómenos meteorológicos extremos.</p> <p>Participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento e avaliação ambiental.</p> <p>Colaborar nos processos de reciclagem e valorização dos resíduos e gestão eficiente da água.</p> |



Quadro 9 – Quadro de Governança para o FCD#4 Marca Cascais

| Entidade | Diretrizes de Governança |
|---|--|
| CCDR-LVT | Dinamizar o diálogo e a cooperação institucional para promover a coesão social intra e intermunicipal. |
| Organismos setoriais da Administração Pública | Garantir a articulação institucional, coordenação de esforços entre os seus organismos sectoriais e as autoridades locais, e colaboração na monitorização das componentes relacionadas com as suas áreas de competência. |
| IMT | Adequar a política de transportes públicos de Cascais à estratégia económica do concelho, contribuindo para a implementação do PDM e concretização da estratégia concelhia de coesão territorial e social. |
| CMC | <p>Promover o envolvimento das várias entidades com competências e responsabilidade sobre a gestão do território concelhio, articulando as várias intervenções.</p> <p>Promover os pólos tecnológicos e áreas empresariais propostos.</p> <p>Promover a eficiência energética e o consumo eficiente de água das atividades económicas – novas e existentes.</p> <p>Continuar e reforçar a estratégia municipal de envolvimento público e de cidadania ativa.</p> |
| Setor privado (agentes económicos) e suas associações | Participar ativamente nos processos de consulta pública no decurso dos processos de planeamento. Contribuir ativamente para a implementação da estratégia municipal. |
| Associações da Sociedade Civil, ONG | <p>Participar ativamente no processo de planeamento e na implementação da estratégia municipal, dinamizando programas, projetos e ações de cariz social e de cidadania, designadamente associados ao empreendedorismo social.</p> <p>Promover o diálogo e concertação entre a CMC e os cidadãos sobre atividades municipais de natureza social.</p> |
| População em geral | Participar ativamente nos processos de consulta pública no decurso dos processos de planeamento. |



6 Conclusões do procedimento da AAE do PDM CASCAIS

Para a fase subsequente (concretização do programa de seguimento – monitorização ambiental) devem ser tidas em consideração as conclusões do procedimento da AAE do PDM Cascais.

O PDM Cascais apresenta estratégias relevantes para a resolução de problemas urgentes no município. A forma como estas estratégias estão traduzidas nas propostas do PDM permite à AAE concluir que se reúnem condições para a geração de grandes oportunidades no futuro próximo em Cascais.

Concretamente, referimo-nos à estratégia para a coesão social e territorial onde o PDM revela um grande investimento na redução das assimetrias territoriais e sociais, através do reforço e multifuncionalidade dos equipamentos, bem como no reforço e dinamização das centralidades existentes. Neste caso destacam-se o esforço de criação de novas centralidades, em particular na zona norte do município, a criação de polos empresariais e tecnológicos, para atração de atividades de alto valor acrescentado, e o reforço da multifuncionalidade do espaço urbano um pouco por todo o município. Estas medidas são conducentes à atração de população, designadamente população jovem, e a uma maior coesão territorial, atenuando a atual dicotomia interior-litoral, e reunindo assim condições para uma maior valorização ambiental do território urbano.

De igual modo a estratégia da mobilidade, com a promoção da multimodalidade e dos modos suaves de deslocação, pretende fomentar a transferência TI – TP. A concretização do TPSP é um pilar fundamental desta estratégia de mobilidade e estruturante do modelo territorial. Apesar de se esperar alguma geração de tráfego acrescido com a dinamização das novas centralidades, em particular em torno dos polos empresariais e tecnológicos, a estratégia da mobilidade proposta poderá, se bem conseguida, contrariar o risco de afetação da qualidade do ar e do ruído que esse acréscimo de tráfego poderá gerar. Nesse sentido é fundamental garantir o envolvimento das entidades com competência para assegurar o diálogo com as operadoras de transporte. A estratégia de mobilidade poderá mesmo contribuir para a promoção de estilos de vida mais saudáveis no município, na medida em que poderá reduzir o TI e ao mesmo tempo fomentar uma mobilidade suave promotora de atividade física. Importante estratégia é a de redução do conflito peão – automóvel com remoção de obstáculos à mobilidade pedonal e valorização de elementos patrimoniais. Aliás um aspeto que particulariza o PDM de Cascais é a atenção dada à inserção social de populações com mobilidade reduzida e idosos, redução da segregação urbana de centros, das assimetrias norte-sul e da exclusão social, designadamente de situações de isolamento de grupos vulneráveis e promoção do empreendedorismo social.



Um dos graves problemas do município de Cascais, consequência de uma evolução urbanística caótica, é a ocupação dispersa do território. Também aqui, o PDM Cascais avança com uma estratégia de consolidação dos perímetros urbanos existentes, inibindo a edificação dispersa e requalificando ambientalmente as áreas consolidadas. Destaca-se a integração das AUGI nos perímetros urbanos, com a sua infraestruturação e reconversão urbanística, e até a eliminação de alguns núcleos em situação de risco significativo, o que permitirá uma redução das fontes de poluição e melhor gestão da carga física sobre o território. Será importante contudo garantir que estas operações tenham um âmbito mais alargado e que as intervenções não fiquem limitadas aos arruamentos e estacionamento, mas que venham a criar, por exemplo, espaços de lazer que potenciem dinâmicas sociais e fomentem a apropriação do espaço público.

A revitalização de áreas degradadas e do espaço público, incluindo os centros históricos e espaços industriais obsoletos e devolutos alterando o seu uso, é uma medida do PDM de Cascais promissora de uma melhoria geral da qualidade ambiental, diminuindo fontes de poluição associadas a passivos ambientais. O Ecoparque de Trajouce é um dos casos de passivo ambiental, onde a pretendida requalificação ambiental permitirá melhorar a qualidade dos recursos hídricos, do ar, do solo e da paisagem. Para isso necessita de ser efetivada, com o envolvimento ativo das entidades competentes. A resolução destas situações de passivo ambiental é aliás uma condição essencial se Cascais pretende efetivamente reforçar a atratividade residencial e económica do concelho, através da fixação de população jovem e de empresas de elevado perfil, com o objetivo de reforçar a sua posição competitiva na AML.

Ainda no domínio das suas políticas sociais e de requalificação do espaço público, destaque-se as medidas previstas para criação de espaços verdes e de lazer em meio urbano, a qualificação da paisagem urbana, com criação e reabilitação de equipamentos e serviços de proximidade, designadamente na zona norte, neste momento menos equipada.

O PDM Cascais apresenta uma importante estratégia de desenvolvimento económico com grandes oportunidades ambientais e sociais. A estratégia de afirmar Cascais como um centro integrado de turismo de lazer, saúde e ligado ao Mar é particularmente importante e valorizador de recursos naturais associados à identidade de Cascais, incentivando a fixação de atividades económicas diretamente relacionadas com produtos locais exclusivos do concelho. Por outro lado, permite fortalecer Cascais na oferta e reabilitação de equipamentos de saúde, e assim estabelecer uma política de inclusão social no acesso generalizado a estes equipamentos e serviços, para contrariar as atuais carências e assimetrias sociais no acesso à saúde. Igualmente são iniciativas que promovem o



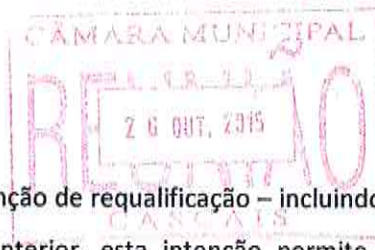
desporto e o lazer – designadamente ao ar livre – pela aposta na componente desportiva e lúdica da estratégia para o Mar.

Esta estratégia acarreta alguns riscos, designadamente o aumento de carga urbanística no litoral, zona vulnerável ao risco de tsunami e, em particular na zona da Ribeira de Vinhas (Requalificação da Marina - Vila de Cascais) onde existe um risco elevado de cheia. Esta aposta contribui para o agravamento do risco de inundação caso não se concretizem as bacias de retenção e outras obras hidráulicas propostas em programa de execução. Recomenda-se também a concretização das medidas propostas no Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas, nomeadamente a implementação de faixas de salvaguarda em zonas de litoral arenoso e arribas, o desenvolvimento de um programa de monitorização costeira e o impedimento da adoção de soluções de ocupação permanente da praia. Recomenda-se também que sejam aplicadas as medidas previstas no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil aos planos de urbanização e de pormenor subsequentes e que sejam analisados os impactos das intervenções no nível do risco associado.

Existem três investimentos estruturantes no município de Cascais com efeitos relevantes em termos ambientais, e que mereceram a atenção do PDM em termos de requalificação e de competitividade regional. São situações que potenciam a atração e fixação de atividades de elevado perfil direta e indiretamente relacionadas a setores também relevantes para o desenvolvimento do município (aeronáutica, transporte aéreo, formação, desporto e manutenção automóvel, náutica e desportos náuticos):

1 - Marina de Cascais, que juntamente com a promoção do desenvolvimento tecnológico e da investigação científica ligadas ao Mar é uma das alavancas da estratégia municipal de promoção das atividades ligadas ao Mar.

2- Autódromo do Estoril, que significa a recuperação de uma atividade associada à identidade de Cascais. Pode promover medidas indutoras de processos de reestruturação e regeneração urbanística na sua envolvente e de equidade social caso inclua a revitalização multifuncional da sua envolvente pela potencial criação de emprego e de atividades económicas. É essencial promover de forma eficaz esta revitalização sob o risco de se manter um equipamento degradado e expectante que poderá ter outros usos mais rentáveis e com menores riscos ambientais. Há também que garantir que o ruído resultante das atividades a instalar não causa conflitos com o uso envolvente e que são adotadas medidas de mitigação suficientes para evitar tais conflitos.



3 - Aeródromo de Tires, onde existe a intenção de requalificação – incluindo a envolvente imediata a esta infraestrutura. Tal como no caso anterior, esta intenção permite promover processos de reestruturação e regeneração urbanística na sua envolvente, fixar empresas e promover o turismo.

A evolução da ocupação territorial no concelho de Cascais gerou situações de grande vulnerabilidade às cheias. Esta é portanto outra das grandes áreas de preocupação e de investimento do PDM Cascais, para mais num contexto de alterações climáticas. Há uma política clara de contrariar a tendência de aumento da área edificada em leito de cheia, e estão aliás programadas bacias de retenção nalgumas ribeiras que virão a alterar os limites dos leitos de cheia no município.

Apesar disso, a criação ou reforço de centralidades em zonas de atual risco elevado de cheia, se não forem acompanhadas por iniciativas de ampliação da capacidade de escoamento urbano, podem contribuir para a permanência do risco de cheia existente nestes locais. Recomenda-se, por isto, que se concretizem as obras de regularização hidráulica propostas e que seja salvaguardado o risco remanescente através de iniciativas de mitigação na implementação do PDM (em sede de projeto ou de PMOT hierarquicamente inferiores).

A proteção e salvaguarda da conectividade ecológica dos sistemas naturais preconizada no PDM Cascais é uma medida de incremento da oferta de espaços verdes e de contenção da expansão urbana e combate à construção dispersa, particularmente na Ribeira de Caparide. Isso permite contribuir para a conservação da permeabilidade do território (não só ao nível dos espaços naturais mas também do espaço urbano) e diminuir a vulnerabilidade ao risco de movimentos de massa. Também as medidas para diversificação funcional dos sistemas naturais permitirão reconhecer os serviços dos ecossistemas, valorizando o turismo de natureza e náutico, dinamizando infraestruturas para a promoção dos desporto e lazer, criando espaços verdes de produção destinados à agricultura em meio urbano e promovendo produtos identitários como o vinho de Carcavelos e o turismo cultural. As estratégias associadas à conservação e gestão da procura de água em meio urbano contribuem para responder adaptativamente a fenómenos climáticos extremos, em termos de disponibilidade de água e sua utilização.

A estratégia do PDM Cascais para a eficiência energética determina um incentivo à construção certificada, a continuação de programas de incentivo à eficiência energética residencial bem como a criação de espaços verdes em meio urbano contribuindo para amenizar o efeito da ilha de calor urbana. Constitui uma oportunidade para a qualificação da habitação (isolamento térmico) com potenciais reflexos positivos para a saúde pública. Recomenda-se que seja também promovida e incentivada a eficiência energética das atividades económicas, sob o risco de não se atingir os



objetivos de eficiência energética do concelho estabelecidos na Estratégia de Sustentabilidade de Cascais.

A estratégia de envolvimento ativo da sociedade e de promoção de oportunidades de participação da sociedade civil e entidades privadas na tomada de decisão pública é outra das grandes estratégias do PDM. De facto o envolvimento da comunidade é essencial para que o município atinja com sucesso uma série de outras estratégias: eficiência energética, hábitos sustentáveis, valorização do espaço público e dos espaços naturais, promoção da capacidade de adaptação aos eventos extremos e da prevenção da produção de resíduos, diminuindo riscos de poluição associados. A criação de um contexto político, cívico e participativo poderá ser também um elemento diferenciador e um fator de atratividade residencial e económica do município. Mas precisa de ser uma estratégia de envolvimento eficaz.

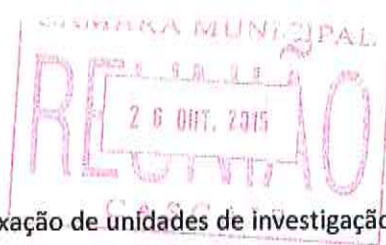
O PDM apresenta uma estratégia para a atração de jovens qualificados que resume de forma interessante muitas das medidas identificadas acima. A atração e fixação de população jovem, particularmente população qualificada, prende-se essencialmente com três fatores: Qualidade de vida, oferta de emprego adequado aos níveis de qualificação e de habitação e de condições para afixação da família. Neste sentido, considera-se que as principais oportunidades geradas pelo PDM são:

1- Qualidade de Vida:

- Reforço da vivência urbana e da oferta de atividades lúdicas, consubstanciadas pela estratégia de requalificação do tecido urbano, de promoção da multifuncionalidade e de revitalização dos centros históricos, e também pelo reforço de equipamentos de desporto, lazer e espaços verdes e pela qualificação de espaços de lazer específicos como a Marina, o Centro de Surf de Carcavelos e o autódromo do Estoril;
- Reforço da oferta de transportes públicos e da criação de condições para a deslocação em modos suaves;
- Promoção de um ambiente cívico através da criação de condições e oportunidades para a participação ativa nos processos de planeamento e decisão públicos, bem como de cidadania ativa.

2- Oferta de Emprego Qualificado e de Oportunidades de Formação:

- Através da promoção da multifuncionalidade do espaço urbano, da criação de centralidades económicas como seja o pólo automóvel em torno do autódromo, das áreas empresarias e



tecnológicas, do incentivo à fixação de unidades de investigação e da promoção do turismo e da saúde enquanto atividade económica;

- Pelo incentivo e reserva de espaços para a instalação de unidades de ensino superior e de investigação criando oportunidade de obtenção de formação superior especializada (nomeadamente ligada ao Mar e à aeronáutica);
- Pela promoção do empreendedorismo, designadamente pela criação de áreas para a fixação de empresa pela requalificação de pólos industriais degradados, pelo estímulo ao empreendedorismo social, pela criação de áreas empresariais e tecnológicas e também pela promoção da agricultura em meio rural e urbano.

3- Oferta de Habitação e qualidade de vida familiar:

- Através da promoção de um programa de Habitação Jovem e do arrendamento (Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento e programa “Gestão de Habitação-Reabilitar para arrendar”) e do reforço da rede de equipamentos dirigidos às crianças.

A AAE aponta uma série de diretrizes para assegurar maior eficácia na implementação do PDM Cascais. O seguimento desta implementação por um processo contínuo de AAE pode ajudar a garantir o cumprimento das metas pretendidas pelo município de Cascais, no sentido de assegurar uma trajetória de sustentabilidade.

ANEXO I



Quadro 1 – Relação entre os FCD's do PDM Cascais e outras políticas, planos e programas relevantes para a AAE.

| FCD-01. Requalificação Territorial e Habitabilidade | |
|--|--|
| Orientações de Ambiente e Sustentabilidade | Metas Relevantes |
| <ul style="list-style-type: none"> • Valorizar recursos paisagísticos e patrimónios singulares, vencer obstáculos à mobilidade e tornar mais eficiente a gestão do espaço público, e desenvolver estruturas de gestão ecológicas dos recursos naturais e paisagens da região através do seu uso racional, despistagem de alternativas amigas do ambiente e qualidade e eficácia (QREN) • Promover a conservação, recuperação e valorização da biodiversidade, dos recursos e do património natural, paisagístico, cultural e geológico, designadamente ao nível das áreas pertencentes à Rede Fundamental de Conservação da Natureza e com especial atenção para os valores naturais de interesse comunitário ou que se encontram ameaçados, assegurando a manutenção dos processos ecológicos essenciais ao funcionamento dos sistemas ecológicos e à sua conectividade (ENDS, ENCNEB, PNPOT, PSRN2000, POPNSC, ENGIZC, POEIM) • Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território, com vista a garantir a conservação, a médio e a longo prazo, dos valores naturais desse território (PSRN2000) • Proteger e valorizar os recursos naturais e as paisagens, partindo da promoção da coerência na aplicação dos diversos instrumentos de política de conservação e biodiversidade, como forma de apoiar a manutenção dos sistemas agro-florestais em todas as áreas classificadas da Rede Natura e articular o sistema de "espaços abertos" de natureza ambiental e paisagística com o sistema urbano e as redes de infraestruturas, não esquecendo a integração dos custos de sustentabilidade e de modos de produção sustentáveis (PNPOT, PECAC) • Implementar a Rede Ecológica Metropolitana e garantir uma gestão integrada dos corredores ecológicos (PNPOT) • Recuperar e preservar o património natural efetivado zonas tampão que protejam os valores paisagísticos e culturais e promovendo atividades de educação cultural e o desenvolvimento rural, levando a efeito ações de estímulos e valorização das atividades económicas que garantam a evolução equilibrada das paisagens e da vida da comunidade (PNPOT, POPNSC) • Acautelar os impactos sobre os valores naturais pela muita elevada pressão turística, urbanística e de recreio, partindo de um correto ordenamento do território que garanta a diversidade e o mosaico da paisagem e um adequado maneio das atividades, agrícolas, silvícolas e pastoris, não esquecendo a estruturação de nucleações que contrariem a tendência para a urbanização | <p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Conferir maior visibilidade às áreas classificadas e aos seus valores naturais <p>PNAC:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Área de nova floresta em 2010, relativamente a 31/12/1989: 492 mil hectares |



continua ao longo da faixa litoral (PSRN2000, PNPOT, PROT-AML)

- Estimular o surgimento de redes de valorização, conservação e proteção do património histórico, cultural (material e imaterial) e natural, nomeadamente através de medidas que os integrem na gestão do planeamento territorial regional e municipal, numa perspetiva de coesão territorial e reforço da identidade regional (ENCNB)
- Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção especial integrados no processo da Rede Natura 2000 (ENCNB)
- Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrado neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas (ENCNB)
- Promover a adoção de modelos de silvicultura com vista a uma maior valorização dos espaços florestais no âmbito de uma gestão ambiental profissional, estabilizando-os e recuperando os espaços florestais degradados com vista à sua valorização em termos económicos e ecológicos, nomeadamente como fator de fixação de populações e atividades, melhorando a competitividade do setor florestal, aumentando o valor económico direto e indireto da floresta, fomentando a procura de novos mercados para os produtos florestais (ENDS, ENF, PROF-AML)
- Reconhecer e divulgar a importância da riqueza ambiental e paisagística da AML e dos espaços que a rodeiam para a qualidade de vida dos seus habitantes e para a sua diferenciação competitiva, com especial destaque para os valores naturais e socioculturais presentes na Reserva Natural do Estuário do Tejo e nas áreas Rede Natura 2000, sensibilizando o público para a necessidade da sua proteção, especialmente entre os agentes económicos e sociais e as populações residentes na região, bem como da sua participação na gestão dos valores naturais em presença e no desenvolvimento sustentável da região (PROT-AML)
- Garantir a preservação e valorização natural, cultural e paisagística e a integração harmoniosa das atividades humanas com a natureza e controlar a transformação da paisagem e do parcelamento agro-florestal (PROT-AML)
- Enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, com vista a promover simultaneamente o desenvolvimento económico e a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, de forma sustentada (POPNSC)
- Definir modelos e regras de ocupação do território, bem como assegurar a integração da construção na paisagem, por forma a garantir a salvaguarda, a defesa e a qualidade dos recursos naturais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável (POPNSC)
- Assegurar a participação ativa na gestão do Parque Natural de Sintra-Cascais (PNSC) de todas as entidades públicas e privadas,





| | |
|--|---|
| <p>em estreita colaboração com as populações residentes, e estabelecer regras de utilização do território que garantam a boa qualidade ambiental e paisagística da zona de intervenção do PNSC (POPNSC)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Integração dinâmica da região no contexto internacional, ibérico e nacional, através da articulação e reforço de infraestruturas (viárias, rodoviárias, portuárias, aeroportuárias), de acessibilidades alargadas e qualificadas, incluindo o alargamento das capacidades logísticas e funcionais, conquistando um lugar mais proeminente na rede europeia de cidades (Estratégia Regional de Lisboa 2020) • Promover a eficiência e sustentabilidade ambiental que pretende desenvolver estruturas de gestão ecológica dos recursos naturais e paisagens da região através do seu uso racional, da despistagem de alternativas amigas do ambiente, garantindo, simultaneamente, qualidade e eficácia (Estratégia Regional de Lisboa 2020) • Promover a requalificação e revitalização do território, do património habitacional e patrimonial, assegurando a coerência territorial, controlando o uso extensivo do solo, apoiando uma renovação de funções e formas de apropriação da terra e, sobretudo, conjugando tradição e modernidade no uso da cidade. Incluem-se, neste princípio, o apetrechamento e modernização de “infraestruturas” avançadas de investigação, apoio à produção e exportação, desenvolvimento de tecnologias de informação, comunicação e reforço das redes imateriais, etc. (Estratégia Regional de Lisboa 2020) • Criação de uma rede urbana densa, qualificada e articulada, contendo a dispersão urbana, apostando em políticas de regeneração urbana e ao mesmo tempo promover a estruturação de uma rede urbana polinucleada, ultrapassando a dualidade litoral / interior, reduzindo as assimetrias territoriais (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) • Promover a requalificação de áreas públicas descaracterizadas e o reforço qualificado das funções urbanas. Realizar o ordenamento da rede de equipamentos de utilização coletiva (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) • Salvaguarda da estrutura ecológica do território e preservação da diversidade biológica terrestre e marinha (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) | <p>Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário</p> <p>(Metas para 2015):</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Densidade de rede [m/1000hab.]: 418 (+54%) ✓ População residente em Portugal que pode |
|--|---|

REVISÃO
26 OUT, 2015

| | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Promover a requalificação urbana da área intersticial entre os concelhos de Sintra e Cascais através do reordenamento dos espaços industriais dispersos, da melhoria da conectividade às Aglomerações Urbanas dos eixos de Sintra e de Cascais, como a ligação Cascais-Alcabideche-Sintra, da garantia de espaços para equipamentos e infraestruturas (PROT-AML) • Aprofundar a estruturação policêntrica apoiada numa melhor articulação do sistema ferroviário com as ligações de transporte público em sítio próprio, nomeadamente através do funcionamento de três novas ligações diretas em comboio entre polos secundários da AML (e.g. Cascais-Alverca) (PROT-AML) • Assegurar a concretização dos investimentos previstos, designadamente o fecho do anel ferroviário metropolitano e a modernização da Linha de Cascais, com a sua ligação direta à Linha de Cintura (PROT-AML) • Estabelecimento de acordos com Municípios, Associações de Municípios ou Áreas Metropolitanas, e colaboração com entidades governamentais que tenham a seu cargo o ordenamento do território, com fim de financiamento de infraestruturas de transportes e de endogeneizar a preocupação da mobilidade sustentável e seus objetivos nos instrumentos de gestão do território (PET) • Explorar os serviços de transporte, assegurando a prestação dos serviços mínimos que garantam a coesão e a equidade dentro do território nacional (PET) • Desenvolver sistemas de transporte público com uma oferta flexível, estabelecendo tarifas que não poderão ser inibidoras do uso do transporte público pelas camadas da população menos desfavorecidas, capazes de responder à diversidade da procura nas áreas de mais baixa densidade populacional, nomeadamente pela criação de alternativas de transporte público onde estes não existam ou pela melhoria da acessibilidade e mobilidade das populações mais isolada (PET) • Promoção das condições para uma diminuição dos acidentes em geral e dos rodoviários em especial e de segurança física de pessoas e bens no sistema de transporte público (PET) • No planeamento das infraestruturas e sistemas de transportes justificar os investimentos segundo critérios de acordo com a análise económica e social de alternativas (custo-benefício), privilegiando a otimização do rendimento social com minimização dos custos económicos, ambientais e energéticos, adotando uma visão integrada e integradora dos diferentes meios e modos de transporte e colocando especial enfoque numa perspetiva sistémica do planeamento e gestão do sistema de transportes (PET) • O sistema de transporte público de passageiros deverá promover a densificação das redes, disponibilizando combinações | <p>efetuar deslocações por modo ferroviário entre os principais centros urbanos nacionais, com um tempo global de viagem menor ou igual a 2 horas: 60%; menor ou igual a 3 horas: 90%</p> <p>PET:</p> <p>Metas para a repartição modal em 2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Caminho-de-ferro 6,5%; ✓ Bus 14,1%; ✓ Metro 1,8 %; ✓ Carro 77,6 %. <p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Travagem, no prazo máximo de cinco anos, no crescimento do consumo dos atuais combustíveis derivados do petróleo; aumento, até 2010, de +5% nos passageiros*km transportados no território nacional ✓ Diminuir a intensidade do PIB em consumo de energia e de recursos naturais através do aumento da eficiência do sistema produtivo, dos transportes e da aposta em energias renováveis <p>PNAEE:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 20% da semaforização de trânsito com iluminação eficiente (LED) ✓ Reduzir em mais de 20% as emissões médias de |
|--|--|